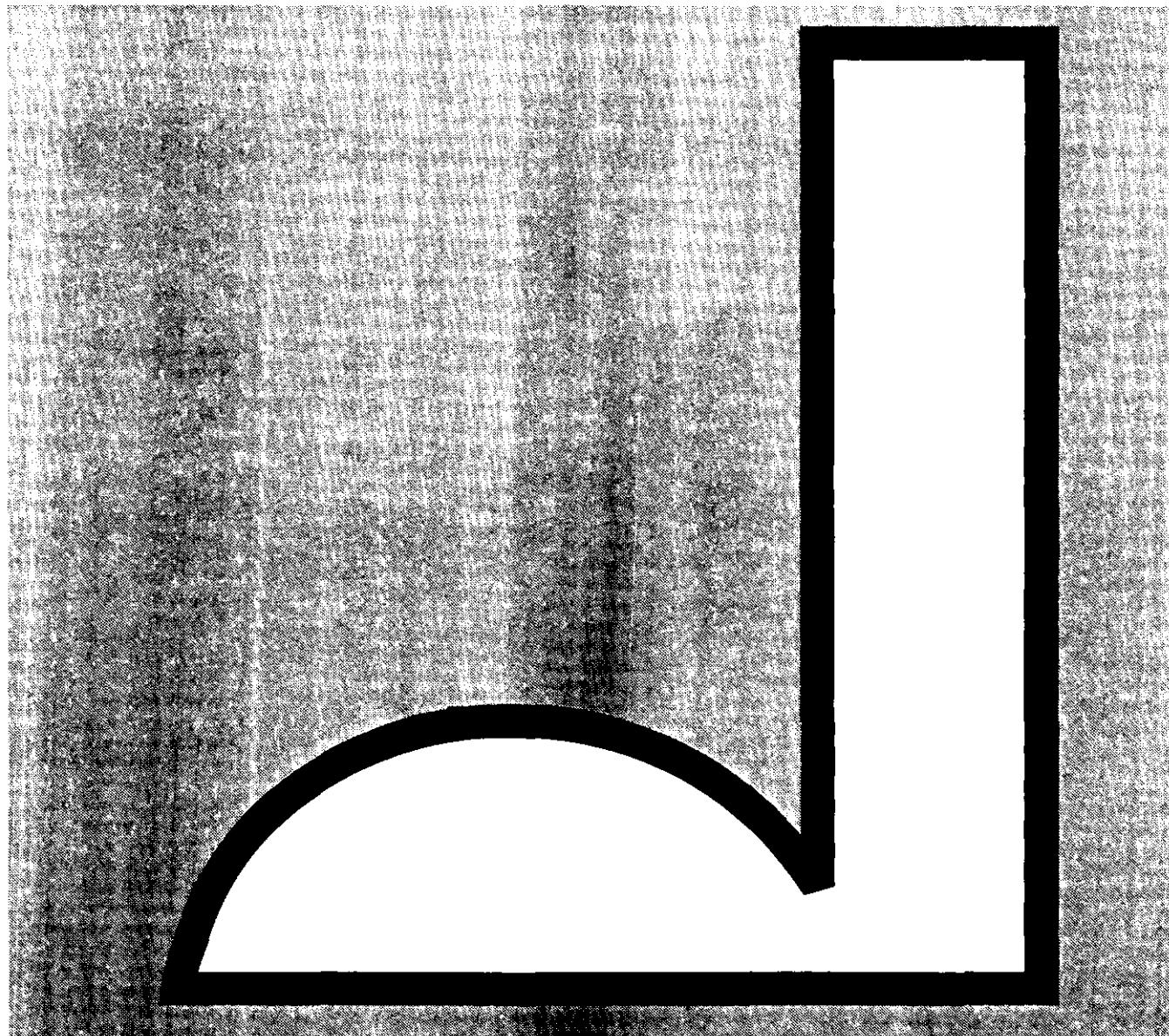




**República Federativa do Brasil**



# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

MESA		
<b>Presidente</b> <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> <b>1º Vice-Presidente</b> <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> <b>2º Vice-Presidente</b> <i>Ademir Andrade - Bloco - PA</i> <b>1º Secretário</b> <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i> <b>2º Secretário</b> <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i>	<b>3º Secretário</b> <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <b>4º Secretário</b> <i>Casildo Maldaner - PMDB - SC</i>  <b>Suplentes de Secretário</b> <i>Jº Eduardo Suplicy - Bloco - SP</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro - PFL - MT</i> <i>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</i>	
<b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b> <b>Corregedor<sup>(1)</sup></b> <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> <b>Corregedores Substitutos<sup>(1)</sup></b> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i> <small>(1) Reeleitos em 2-4-97</small>	<b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b> <b>Procuradores(2)</b> <i>Amir Lando - PMDB - RO</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Alberto Silva - PMDB - PI</i> <i>Djalma Bessa - PFL - BA</i> <i>Bernardo Cabral - PFL - AM</i> <small>(2) Designação: 30-6-99</small>	
<b>LIDERANÇAS</b>		
<b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b> <b>Líder</b> <i>José Roberto Arruda</i>  <b>Vice-Líderes</b> <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i>	<b>LIDERANÇA DO PMDB - 26</b> <b>Líder</b> <i>Jader Barbalho</i>  <b>Vice-Líderes</b> <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Romeu Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> <i>Vago</i>	<b>LIDERANÇA DO PSDB - 14</b> <b>Líder</b> <i>Sérgio Machado</i> <b>Vice-Líder</b> <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Antônio Paes de Barros</i>  <b>LIDERANÇA DO PPB - 2</b> <b>Líder</b> <i>Leomar Quintanilha</i> <b>Vice-Líder</b> <i>Vago</i>
<b>LIDERANÇA DO PFL - 21</b> <b>Líder</b> <i>Hugo Napoléon</i>  <b>Vice-Líderes</b> <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos (3)</i> <i>Marcelo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	<b>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) - 10</b> <b>Líder</b> <i>Heloísa Helena</i>  <b>Vice-Líderes</b> <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Péres</i>	<b>LIDERANÇA DO PPS - 3</b> <b>Líder</b> <i>Paulo Hartung</i> <b>Vice-Líder</b> <i>Vago</i>  <b>LIDERANÇA DO PSB - 3</b> <b>Líder</b> <i>Roberto Saturnino</i> <b>Vice-Líder</b> <i>Vago</i>  <b>LIDERANÇA DO PTB - 1</b> <b>Líder</b> <i>Arlindo Porto</i>
<b>EXPEDIENTE</b>		
<i>Agaciel da Silva Maia</i> <i>Dirектор-Geral do Senado Federal</i> <i>Claudionor Moura Nunes</i> <i>Dirектор da Secretaria Especial de Edição e Publicações</i> <i>Júlio Werner Pedrasa</i> <i>Dirектор da Subsecretaria Industrial</i>	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> <i>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</i> <i>Maria Maria Carreiro de Azevedo</i> <i>Dirектор da Subsecretaria de Ata</i> <i>Denise Ortega de Baere</i> <i>Dirектор da Subsecretaria de Taquigrafia</i>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – ATA DA 106ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE AGOSTO DE 2000</b>		
1.1 – ABERTURA		
1.2 – EXPEDIENTE		
1.2.1 – Projeto Recebido da Câmara dos Deputados		
Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2000 (nº 3.126/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação.....	17303	Deputados, de indicação de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação dos Srs. Felix Mendonça, Fernando Gonçalves e José Carlos Elias, como membros titulares; e dos Srs. Eduardo Paes, Nelson Marquezelli e Renildo Leal, como membros suplentes, para integrarem a referida Comissão.....
1.2.2 – Parecer		17307
Nº 877, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre as emendas de Plenário oferecidas, em turno suplementar, ao Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências.....	17305	SENADOR RIBAMAR FIQUENE – Elogios à atuação do Ministro Sarney Filho na condução da política ambiental.....
1.2.3 – Comunicação da Presidência		17307
Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2000, lido anteriormente, nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, simultaneamente, e de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	17306	SENADOR TIÃO VIANA – Defesa da aplicação de recursos federais da área de saúde para os hospitais públicos.....
1.2.4 – Leitura de requerimento		17309
Nº 459, de 2000, de autoria do Senador José Sarney e outros Senadores, solicitando inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal, professor José Pires de Sabóia Filho. O Sr. Presidente (Senador Tião Viana), associa-se às homenagens prestadas. À publicação.....	17306	SENADORA HELOÍSA HELENA – Indignação diante da multa aplicada pela Organização Mundial do Comércio ao Brasil, no programa de incentivo fiscal destinado a subsidiar a Embraer.....
1.2.5 – Ofício		17317
Nº 353-A/2000, de 22 do corrente, da Liderança do Bloco PSDB/PTB na Câmara dos	17306	SENADOR PEDRO SIMON – Homenagem à memória do ex-Presidente da República Getúlio Vargas.....
1.2.6 – Discursos do Expediente		17318
SENADOR RIBAMAR FIQUENE – Elogios à atuação do Ministro Sarney Filho na condução da política ambiental.....		
SENADOR TIÃO VIANA – Defesa da aplicação de recursos federais da área de saúde para os hospitais públicos.....		
SENADORA HELOÍSA HELENA – Indignação diante da multa aplicada pela Organização Mundial do Comércio ao Brasil, no programa de incentivo fiscal destinado a subsidiar a Embraer.....		
SENADOR PEDRO SIMON – Homenagem à memória do ex-Presidente da República Getúlio Vargas.....		
1.2.7 – Comunicação da Presidência		
Abertura do prazo de quarenta e oito horas para interposição de recurso ao Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1988 (nº 13/88, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das Recomendações Adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, no período de 1962 a 1985, cujos pareceres foram lidos na sessão não deliberativa de ontem, para que continue a sua tramitação.....		
1.2.8 – Discurso encaminhado à publicação		
SENADOR ADEMIR ANDRADE – Críticas à venda das ações da Petrobras para pagamento de juros da dívida pública.....		

1.3 – ENCERRAMENTO		Nºs 860 a 864, de 2000, .....	17331
<b>2 – RETIFICAÇÕES</b>		<b>4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>	
Ata da 103ª Sessão Não Deliberativa, re- alizada em 21 de agosto de 2000, e publicada no <b>Diário do Senado Federal</b> do dia subse- guinte.....	17330	<b>5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>	
		<b>6 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEM- PORÁRIA EXTERNA</b>	
<b>3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL</b>		<b>7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN- TA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASI- LEIRA)</b>	
Nº 840, de 2000, referente ao servidor Adalberto de Menezes Dantas. (Repúblicação) ....	17331		

---

# Ata da 106<sup>a</sup> Sessão Não Deliberativa em 24 de agosto de 2000

## 2<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 51<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência do Sr. Tião Viana, da Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena,  
e do Sr. Ribamar Fiquene*

*(Inicia-se a sessão às 10 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

### EXPEDIENTE

#### PROJETO RECEBIDO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2000

(Nº 3.126/2000, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

(Matéria tramitando em regime de urgência  
nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)

**Autoriza o Poder Executivo a instituir  
a Fundação Universidade Federal do To-  
cantins.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Fundação Universidade Federal do Tocantins, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.

Art. 2º A Fundação Universidade Federal do Tocantins adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição do seu ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas, do qual será parte integrante seu estatuto aprovado pela autoridade competente.

Art. 3º O patrimônio da Fundação será constituído pelos bens e direitos que essa entidade venha a adquirir, incluindo os bens que lhe venham a ser doados pela União, pelo Estado, pelos Municípios e por outras entidades públicas e particulares.

Parágrafo único. A Fundação Universidade Federal do Tocantins só receberá, em doação, bens livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive dos decorrentes de demandas judiciais.

Art. 4º Os recursos financeiros da Fundação se-  
rão provenientes de:

I – dotação consignada anualmente no orça-  
mento da União;

II – auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por quaisquer entidades públicas ou par-  
ticiares;

III – remuneração por serviços prestados a enti-  
dades públicas ou particulares;

IV – operações de crédito e juros bancários;

V – receitas eventuais.

Parágrafo único. A implantação da Fundação Universidade Federal do Tocantins fica sujeita à exis-  
tência de dotação específica no orçamento da União e ao disposto na Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua pu-  
blicação.

### MENSAGEM Nº 745, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Fe-  
deral, submeto à elevada deliberação de Vossas  
Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos  
do Senhor Ministro de Estado da Educação, o texto  
do projeto de lei que “Autoriza o Poder Executivo a  
instituir a Fundação Universidade Federal do Tocan-  
tins”.

Brasília, 26 de maio de 2000. – **Fernando Hen-  
rique Cardoso.**

EM Nº 041

Brasília, 23 de maio de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da Repú-  
blica,

O Governo de Vossa Excelência tem propugna-  
do pela expansão das oportunidades de acesso de  
nossa juventude ao ensino superior, não apenas por-  
que o Brasil apresenta índices insatisfatórios de fre-  
quência a esse nível de ensino, face a sua dimensão  
econômica e populacional, como também porque a  
melhoria gradativa do fluxo escolar nos níveis anterio-

res, graças a uma série de ações implementadas pelo Governo Federal, está provocando uma expansão acelerada do número de concluintes do ensino médio e, conseqüentemente, da demanda por ensino superior.

O sistema de ensino superior tem respondido positivamente a essa política e, especialmente, o segmento público federal tem feito um grande esforço no sentido de ampliar sua capacidade de matrícula. Após vários anos de quase estagnação, este segmento apresentou um crescimento de 15% nos últimos cinco anos, principalmente pela criação de cursos noturnos e abertura de cursos no interior dos Estados.

O Estado do Tocantins apresenta uma situação singular a este respeito. É a única unidade da Federação onde o ensino superior federal não está presente. É verdade que o Estado conta com uma universidade criada pelo Governo Estadual sob a forma de fundação de direito privado, e outras faculdades isoladas, todas criadas pela iniciativa privada. No conjunto, estas instituições oferecem cerca de 2.500 vagas de acesso. Apenas na Universidade Estadual, em 1999, a relação candidatos/vaga foi de 5,38, sendo que na cidade de Palmas essa relação chegou a cerca de 7.

Diante desse quadro, a criação de uma instituição federal de ensino superior no Tocantins é uma reivindicação sempre presente, já tendo sido colocada a Vossa Excelência pelas lideranças políticas do Estado, inclusive o seu Governador. Reconhecendo a justez do pleito e tendo presente que a implantação gradativa de uma nova instituição federal representará acréscimo de despesa perfeitamente suportável, além de propiciar a oportunidade de experimentação de um novo modelo conceitual e organizacional, é que tenho a honra de submeter a Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Tocantins.

Respeitosamente, – **Paulo Renato Souza**, Ministro de Estado da Educação.

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS  
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Nº, DE DE 2000**

1 – Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Necessidade de prover o Estado de Tocantins com uma universidade federal, considerando seu crescimento populacional e econômico e a inexistênc-

cia de instituição de ensino superior federal naquele Estado da Federação.

2 – Soluções e providências contidas na medida proposta:

Encaminhamento, pelo Senhor Presidente da República de mensagem ao Congresso Nacional, propondo projeto de lei autorizando o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Tocantins, com sede na cidade de Palmas.

3 – Alternativas existentes à medida proposta:

Não ha outra alternativa.

4 – Custos:

O anteprojeto de lei dispõe que a implantação da Fundação só se dará após a existência de dotação específica no orçamento da União e ao disposto na Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000.

5 – Parecer do órgão jurídico:

Em anexo.

**PROJETO DE LEI Nº 3.126, DE 2000**

**Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federa do Tocantins**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a fundação Universidade Federal do Tocantins, vinculada ao Ministério da Educação, com sede a cidade de Palmas, Estado do Tocantins.

Art. 2º A Fundação Universidade Federal do Tocantins adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição do seu ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas do qual será parte integrante seu estatuto, aprovado pela autoridade competente.

Art. 3º O patrimônio da Fundação será constituído pelos bens e direitos que essa entidade vier a adquirir. Incluindo os bens que lhe venham a ser doados pela União, pelo Estado, pelos municípios e por outras entidades públicas e particulares.

Art. 4º Os recursos financeiros da Fundação serão provenientes de:

I – dotação consignada anualmente no orçamento da União;

II – auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;

III – remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares mediante convênios ou contratos específicos;

IV – operações de créditos e juros bancários;

V – receitas eventuais.

Parágrafo único. A implantação da Fundação Universidade Federal do Tocantins ficará sujeita a existência de dotação específica no orçamento da União e ao disposto na Lei nº 9.962 de 22 de fevereiro de 2000.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 9.962 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2000  
DO 38 de 23-2-2000 pág. 1

**Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.**

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O pessoal admitido para emprego público na Administração Federal direta, autárquica e fundacional terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452<sup>(1)</sup>, de 1º de maio de 1943, e legislação trabalhista correlata, naquilo que a lei não dispuser em contrário.

§ 1º Leis específicas disporão sobre a criação dos empregos de que trata esta Lei no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, bem como sobre a transformação dos atuais cargos em empregos.

§ 2º É vedado:

I – submeter ao regime de que trata esta Lei:

a) (Vetado)

b) cargos públicos de provimento em comissão;

II – alcançar, nas leis a que se refere o § 1º, servidores regidos pela Lei nº 8.112<sup>(2)</sup>, de 11 de dezembro de 1990, às datas das respectivas publicações.

§ 3º – Estende-se o disposto no § 2º à criação de empregos ou à transformação de cargos em empregos não abrangidas pelo § 1º.

§ 4º (Vetado)

Art. 2º – A contratação de pessoal para emprego público deverá ser precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza e a complexidade do emprego.

Art. 3º – O contrato de trabalho por prazo indeterminado somente será rescindido por ato unilateral da Administração pública nas seguintes hipóteses:

I – prática de falta grave, dentre enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

II – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III – necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 169 da Constituição Federal;

IV – insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

Parágrafo único. Excluem-se da obrigatoriedade dos procedimentos previstos no *caput* as contratações de pessoal decorrentes da autonomia de gestão de que trata o § 8º do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 4º Aplica-se às leis a que se refere o § 1º do art. 1º desta Lei o disposto no art. 246 da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Marcus Tavares.**

*(As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação.)*

#### **PARECER Nº 877, DE 2000**

**Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre as emendas de Plenário oferecidas em turno suplementar ao Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências.**

Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves

#### **I – Relatório**

São submetidas ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, oferecidas ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999.

A Emenda nº 1, de autoria do Senador Ademir de Andrade, ao propor nova redação ao § 3º do art. 1º

do Substitutivo ao PLS nº 54, de 1999, visa a assegurar a continuidade do benefício do seguro-desemprego sempre que o período do defeso for prorrogado, já que não raras vezes, segundo o autor, o governo federal, ao fixar o período de concessão do seguro-desemprego devido aos pescadores durante o defeso, não leva em conta as prorrogações que este sofre. Assim, durante o tempo da prorrogação o pescador acaba não fazendo jus ao benefício.

Já a Emenda nº 2, também do Senador Ademir de Andrade, tem por finalidade, ao modificar o § 4º do art. 1º, obrigar o Ibama a anunciar oficialmente, com antecedência mínima de quarenta e cinco dias, o início da vigência do defeso, a fim de que haja tempo hábil para o pagamento do seguro-desemprego sem os atrasos que vêm ocorrendo atualmente.

É o relatório.

## II – Voto da Relatora

A procedência da Emenda nº 1 é indiscutível, tendo em vista as particularidades da proibição da pesca durante o período do defeso. Como é sabido, a fixação desse período não pode obedecer a parâmetros rígidos e, não raras vezes, ele é prorrogado para assegurar de maneira mais efetiva a preservação do meio ambiente, espécies aquáticas e mangues. Ora, nada mais justo que alongar também o período da concessão do seguro-desemprego, uma vez que os pescadores, nesse tempo, continuam impedidos de buscar o próprio sustento.

A medida é eficaz também no sentido de prevenir que o pescador venha a desobedecer aos períodos de prorrogação, ainda que o faça para a própria sobrevivência.

No que tange à Emenda nº 2, entendemos que ela se coaduna com o princípio da eficiência do Estado, que deve atuar de forma positiva no exercício de suas funções a fim de garantir plenamente os direitos dos cidadãos.

A experiência nos atesta que muitos pescadores acabam recebendo o seguro-desemprego quando o período de defeso está por terminar. Como consequência, esses trabalhadores são submetidos às maiores privações, como se já não bastasse as que eles têm de suportar no dia-a-dia. Nada mais justo, pois, que, com uma antecedência de 45 dias, o Ibama estabeleça o prazo do defeso.

A vista do exposto, opinamos pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, oferecidas ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999.

Sala da Comissão, – **Osmar Dias**, Presidente – **Maria do Carmo Alves**, Relatora – **Geraldo Cândido** – **Ribamar Fiquene** – **Antero Paes de Barros** – **Heloisa Helena** – **Sebastião Rocha** – **Emilia Fernandes** – **Luiz Pontes** – **Tião Viana** – **Marluce Pinto** – **Djalma Bessa** – **Sérgio Machado** – **Moreira Mendes** – **Geraldo Althoff** – **José Roberto Arruda** – **Lúcio Alcântara** – **Mozarildo Cavalcante** – **José Alencar**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana) – O Expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana) – O Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2000, lido anteriormente, terá tramitação com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.

A matéria será apreciada simultaneamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação.

De acordo com o art. 122, II, "b", do Regimento Interno, a matéria somente poderá receber emendas, pelo prazo único de cinco dias úteis, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloisa Helena.

É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 459, DE 2000

Sr. Presidente,

Faleceu no dia 19 de agosto corrente, aos 84 anos, no Hospital do Coração, em São Paulo, o ex-Deputado Federal, jornalista, advogado, professor e escritor José Pires de Sabóia Filho.

Eleito duas vezes Deputado Federal pelo Estado do Maranhão, Pires de Sabóia teve destacada atuação na Câmara dos Deputados, notadamente na Comissão de Constituição e Justiça, da qual foi membro titular.

Trabalhou durante vinte anos no Banco do Brasil e foi professor catedrático de Direito Civil, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Maranhão, onde se tornou professor vitalício em 1952.

No campo jornalístico, foi um dos 21 primeiros integrantes do condomínio acionário criado pelo jornalista Assis Chateaubriand. Em 1980, foi convidado para assumir a consultoria jurídica dos **Diários Associados**, cargo que exerceu até a sua morte. Foi tam-

bém, por vários anos, diretor-geral do jornal **O Imparcial**, de São Luís.

Na carreira jurídica, uma de suas grandes vitórias foi no episódio que ele chamou de "batalha dos Diários Associados", quando ajuizou ações por perdas e danos contra a União, que, em 1980, cassara a concessão de seis empresas de rádio e televisão dos Associados. O Grupo acabou ganhando as ações na Justiça em 1997.

Na literatura, a que se dedicou principalmente na juventude, José Pires de Sabóia Filho distinguiu-se como poeta e cronista. Seus trabalhos foram publicados em jornais do Ceará, onde foi secretário de redação do matutino **Unitário**, e em **O Imparcial**, órgão da Imprensa do Maranhão. Em 1997, a Fundação Assis Chateaubriand editou o seu último livro, *Lembranças de um Advogado*, em que narra episódios de sua vida no Ceará e no Maranhão, bem como suas experiências como consultor jurídico dos Associados. Seu poema mais famoso, *Farol do Mucuripe*, foi declamado, por um de seus amigos, em seu sepultamento.

Pires de Sabóia foi sepultado no cemitério Campo da Esperança, em Brasília, no dia 20 de agosto, em cerimônia à qual compareci juntamente com inúmeros amigos e admiradores, incluindo autoridades representantes dos três Poderes e diretores de vários órgãos da Imprensa.

Esta Casa não poderia ficar ausente das homenagens a esse grande homem público. Assim, requeiremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do jornalista José Pires de Sabóia Filho:

1) inserção em ata de voto de profundo pesar;

2) apresentação de condolências à família, ao Estado do Maranhão e aos jornais **Correio Braziliense** e **O Imparcial**.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2000. – Senadores **José Sarney** – **Edson Lobão** – **Bello Parga** – **Ribamar Fiquene**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana) – A Mesa se associa às homenagens prestadas e determina o envio das condolências solicitadas.

O requerimento lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

OF. PSDB/PTB/I/Nº353-A/2000

Brasília, 22 de agosto de 2000

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, nos termos regimentais, os Srs. Deputados Félix Mendonça, Fernando Gonçalves e José Carlos Elias, como membros titulares, e Eduardo Paes, Nelson Marquezelli e Renildo Leal, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente – Deputado **Aécio Neves**, Líder do Bloco PSDB/PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana) – A Presidência designa os Srs. Deputados Felix Mendonça, Fernando Gonçalves e José Carlos Elias, indicados pela Liderança do Bloco PSDB/PTB para integrarem, como titulares, e Eduardo Paes, Nelson Marquezelli e Renildo Leal, como suplentes, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Ribamar Fiquene.

**O SR. RIBAMAR FIQUENE** (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o Brasil, de tempos em tempos, parece mergulhar em crises aparentemente insolúveis. Ultimamente, temos presenciado uma verdadeira avalanche de escândalos e de infundáveis denúncias, fundamentadas ou não, envolvendo segmentos, pessoas e instituições as mais diversas e, não raro, respingando na esfera governamental.

De par com esses fatos, a mídia vem registrando calamidades ecológicas, intempéries e a exacerbada violência em pontos diversos do território nacional.

Diante desse panorama, comprehende-se eventual tendência do povo brasileiro para o pessimismo, quando não para uma situação de indignação e revolta. Até mesmo calejados homens públicos, nesses momentos, questionam a capacidade nacional para o enfrentamento e a superação de tantos e tão graves problemas.

No entanto, Srªs. e Srs. Senadores, sem deixar de combater esses males e sem menosprezar seus efeitos nocivos, é necessário que voltemos os olhos para as potencialidades do nosso País e para as realizações profícias que estão em curso.

É imperioso admitir, por exemplo, que o Brasil tem progredido celeremente nas atividades que dizem respeito ao meio ambiente – área de importância estratégica no médio e no longo prazos, para dar sustentação ao desenvolvimento nacional e garantir qualidade de vida à população.

Passada mais uma década da Conferência Rio-92, o Brasil começa a ver os resultados das políticas ambientais que vêm sendo adotadas, desde então, com ênfase para os últimos três anos. Com efeito, nesse período entraram em vigor importantes diplomas legais, como a Lei nº 9.433, ou Lei das Águas, de 08 de janeiro de 1997; a Lei nº 9.605, ou Lei dos Crimes Ambientais, de 13 de fevereiro de 1998; e a Lei nº 9.795, ou Lei de Educação Ambiental, de 27 de abril do ano passado. Deve-se lembrar ainda, nesse contexto, a criação, no mês passado, da ANA – Agência Nacional de Águas, que vem complementar a legislação específica, sancionada há três anos.

Nesse ponto, Srs. Senadores, desejo ressaltar a figura eminentíssima do Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. Faço-o na certeza de estar homenageando um político de alta estirpe e um homem público comprometido com os destinos da Nação brasileira.

Recomendado por extensa folha de serviços na condição de parlamentar – elegeu-se Deputado Estadual em 1979 e Deputado Federal em 1982, reelegendo-se sucessivamente desde então –, Sarney Filho é uma grata revelação no Ministério do Governo Fernando Henrique.

Homem simples, afável e tranquilo, Sarney Filho é cortês no trato com as pessoas, mas intransigente na defesa do interesse público. Já ao tomar posse, alarmado com o intenso processo de desflorestamento da Amazônia, não hesitou em suspender as licenças que os setores envolvidos firmassem um compromisso de revisão de suas atividades.

Tem sido, desde então, implacável com os madeireiros, garimpeiros e outras categorias profissionais que porventura coloquem seus interesses acima da política de preservação do ambiente. Mostrou-se indignado, também, com os recentes desastres ecológicos que envolveram a Petrobras – o vazamento de óleo na Baía de Guanabara, em janeiro, que resultou na aplicação de multa de R\$ 51 milhões à estatal; e o vazamento da Refinaria Presidente Vargas (Repar), no Paraná, que contaminou os rios Barigüi e Iguaçu.

Política ambiental, porém, não se faz com a mera repressão daqueles que transgridem a lei e não se resume a prevenir e combater catástrofes ecológi-

cas. É o que se pode observar na atuação do Ministro que, em recente atuação do Fórum Nacional de Secretários da Agricultura, realizado aqui em Brasília, salientou: "Nosso objetivo é alcançarmos formas cada vez mais inteligentes de uso dos recursos ambientais, de modo a não esgotá-los, perpetuando a sua utilização".

Uma das preocupações do Ministro Sarney Filho reside na relação entre agricultura e preservação ambiental, especialmente por causa do modelo predominante no Brasil, de capital intensivo, "que ri quer um grande volume de água, de fertilizantes químicos e de pesticidas para que se obtenha da monocultura a alta produtividade requerida pelo mercado".

O resultado dessa prática, conforme destaca, é o empobrecimento do solo, a erosão, o assoreamento dos rios e a crescente suscetibilidade das culturas à pragas, sem falar na eventual contaminação dos alimentos e dos trabalhadores rurais. Para o Ministro, é necessário conciliar a produção agrícola e a conservação ambiental, avançando na direção de agro-sistemas mais diversificados e mais próximos dos sistemas naturais. Sarney Filho tem se mostrado especiamente preocupado com os danos provocados pela expansão descontrolada da atividade agropecuária, esclarecendo que as perdas no setor já alcançaram U\$5,9 bilhões, equivalentes a 1,4% do Produto Interno Bruto.

Entre as muitas realizações do Ministério do Meio Ambiente, merece destaque a implementação do Projeto Recuperação de Áreas Alteradas da Amazônia, que integra o Programa Amazônia Sustentável.

"Nosso esforço na região é pela preservação da sua capacidade florestal para as atividades madeireira e extrativista, que, conduzidas com o adequado manejo, podem propiciar bem maior geração de emprego e renda que a atividade agropecuária", diz o Ministro, enfatizando que o setor florestal já participa com 2,2% do nosso PIB, gerando 700 mil empregos diretos e dois milhões de empregos indiretos.

Sarney Filho tem se preocupado, de maneira específica, com a queda na capacidade de reflorestamento, uma vez que o Brasil refloresta atualmente uma área 65% menor que a da época dos incentivos fiscais. As avaliações do Ministério do Meio Ambiente resultaram, no segundo semestre do ano passado, na Campanha Amazônia Fique Legal, a maior operação de fiscalização e legalização já realizada na região. Neste ano, a campanha começou já em janeiro e conta com recursos de R\$27 milhões, contra R\$ 10 milhões do ano passado.

O Ministro tem se voltado também para diferentes áreas de atuação da sua pasta, muitas vezes envolvendo outras esferas governamentais. No que respeita aos alimentos transgênicos, por exemplo, vem pregando a necessidade de uma estreita colaboração entre os setores governamentais envolvidos para avaliação prévia na adoção dessas tecnologias.

"De nossa parte – frisou o Ministro – somente queremos que as inovações respeitem, como quaisquer outras potencialmente impactantes, as exigências legais do País, de forma que as conquistas das instituições não se desmoralizem, tendo em vista apenas o atendimento a interesses econômicos imediatistas."

Seria enfadonho, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, detalhar as atividades que vêm sendo desenvolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente, mas julgo de todo conveniente relacionar, em breves palavras, alguns dos projetos já implantados.

Entre esses, merece destaque o programa Zoneamento Ecológico-Econômico, compartilhado com os Ministérios da Agricultura e do Abastecimento, da Integração Nacional e do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior. O ZEE, como também é conhecido, será doravante a base da formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável em nosso País.

Outro programa a ser enfatizado é o "Brasil Joga Limpo", que visa a reduzir o impacto do lixo sobre o meio ambiente, com a degradação do solo, o comprometimento dos mananciais e o aumento da poluição. Merece destaque ainda o programa de certificação, conhecido como "Selo Verde", do qual já participam numerosas empresas brasileiras. Trata-se de uma rotulagem ambiental para produtos de empresas comprometidas com a preservação das riquezas naturais.

No setor madeireiro, por exemplo, cerca de 40 empresas constituíram o grupo Compradores de Madeira Certificada, que exigem de seus fornecedores cuidados especiais para a preservação do meio ambiente. Embora a adesão ao programa seja voluntária, o Ministro Sarney não tem dúvidas de que, como disse, "com a certificação, o consumidor terá um instrumento para escolher os produtos ecologicamente corretos".

Finalizando este pronunciamento, quero cumprimentar o Ministro Sarney Filho pela meritória gestão no comando do meio ambiente e dizer aos meus Pares que nós, brasileiros, temos um enorme potencial de crescimento e de progresso. E mais: que em momentos de dificuldade financeira ou de turbulência política precisamos atentar para os avanços que logra-

mos obter. Assim, veremos que o Brasil dispõe de riquezas excepcionais para garantir o seu futuro e que dispõe, igualmente, de homens competentes, probos e dedicados, como o Ministro Sarney Filho, para tornar realidade os nossos sonhos de desenvolvimento sustentável e de crescimento econômico com qualidade de vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Ribamar Fi-  
quene o Sr. Tião Viana deixa a cadeira da  
presidência, que é ocupada pela Sra. Heloí-  
sa Helena.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana por vinte minutos.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente Heloísa Helena, nossa Líder, que muito nos honra por estar presidindo a sessão do Senado neste momento; Srs. Senadores, trago a debate um tema que me deixa profundamente perplexo toda vez que dele tomo conhecimento, que é o fato de a chamada filantropia servir como um corredor ao enriquecimento ilícito neste País, dando privilégios àqueles que já têm privilégios.

Confesso a minha perplexidade todas as vezes que me deparo com esse assunto porque não posso imaginar o fosso, a distância profunda que existe entre os abastados e os pobres deste País, que passam fome. Além disso, há falta de solidariedade e de justiça social. E nós, de repente, nos deparamos com matérias dessa natureza!

O Jornal do Brasil apresentou uma matéria de grande responsabilidade e valoroso conteúdo, de autoria dos Jornalistas Ana D' e André Lacerda, que, neste último domingo, publicaram a seguinte informação:

"Filantropia oficial de R\$1,9 bi só favorece classes média e alta".

Segundo a matéria, informam que as escolas lidaram a isenção do INSS. Isso não é o mais surpreendente, mas, sim, o fato de que, dentro das chamadas beneficiadas com a lista, encontramos aquilo de que talvez a sociedade brasileira, na sua maioria, não tenha informação. Por exemplo, a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira – Hospital Albert Einstein teve um privilégio de isenção, em 1999, da ordem de R\$22,4 milhões; e, para o ano de 2001, há uma previsão de R\$27,9 milhões.

Confesso que fico perplexo, porque já tive oportunidade de visitar alguns doentes daquele hospital, quando fazia especialização em São Paulo, e a última coisa que imaginei ver um dia seria o Hospital Albert Einstein integrado ao Sistema Único de Saúde ou integrado à ação de filantropia ou de solidariedade humana à população pobre do Brasil. Ali, todos sabem que, naquele ambiente de castelo, onde somente os ricos – e muito ricos – podem entrar, não se vê pobre de maneira alguma. E aí fico imaginando que nós, dos Estados mais periféricos do País, estamos sempre angustiados, sempre aflitos com as receitas, precisando de recursos para melhorar o investimento em saúde, numa luta sobre-humana que travamos pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional do Deputado Eduardo Jorge, que permite, para este ano, um aumento da ordem de R\$1 bilhão de investimentos da União. No entanto, há esses privilégios, que chegam a R\$1,6 bilhão somente para o exercício de 1999 e que aumentarão para o ano 2000.

Caminhamos, então, para uma análise rápida. A Fundação Hospitalar do Distrito Federal, o Hospital de Base conta com uma receita de R\$6 milhões; o Hospital Albert Einstein é beneficiado em R\$22,9 milhões para o ano 2000.

O que dizem os responsáveis a esse respeito? O Conselho Nacional de Assistência Social admite que o controle sobre a filantropia, praticado pelas empresas, ainda é frrouxo. E "não dá para vigiar todo o País daqui de Brasília", justifica o vice-Presidente do órgão, Antônio Luiz Brito. Ao mesmo tempo, o outro órgão responsável, o Instituto Nacional de Seguro Social, que tem a responsabilidade de atuar e intervir nesse aspecto, também fica confuso em suas respostas.

Analisamos a matéria e observamos que esse benefício, quando ocorre, é da ordem de 20%. Para instituições filantrópicas da área de educação, o benefício deveria ser revertido automaticamente com a contribuição de vagas para alunos carentes e para instituições de atendimento especial. E, em relação à área hospitalar, isso somente poderia ser viabilizado quando 60% dos leitos hospitalares fossem destinados aos pacientes do Sistema Único de Saúde. Nesse caso, a perplexidade é profunda.

A matéria diz que, no ano passado, as maiores isenções foram destinadas a estabelecimentos de ensino do Estado de São Paulo, seguido do Rio Grande do Sul – não precisamos dizer que esses são Estados fortes e poderosos. A Pontifícia Universidade Católica é a maior beneficiada, com R\$22,8 milhões somente

na área de educação. Mas várias instituições estão no Rio de Janeiro; entre elas, as Universidades Estácio de Sá, Gama Filho e Santa Úrsula.

Também, para a nossa surpresa, Senador, aparece na lista o Centro Educacional da Lagoa, freqüentado pela classe média alta carioca, com seis endereços nos pontos mais valorizados da Zona Sul do Rio de Janeiro. Em 1999, a escola foi beneficiada com a isenção de R\$6 milhões – um dado mais social da notícia, e que intriga, é que o dono e empresário da instituição Centro Educacional da Lagoa é o empresário Júlio Lopes, ex-noivo da modelo Adriane Galisteu.

Fico pensando na crise por que passam essas pessoas, no compromisso social que têm esses empresários e na causa social, que permite que eles sejam beneficiados com isenções que chegam à ordem de R\$1,5 bilhão somente para o exercício de 1999.

Quando olhamos as nossas receitas, os nossos gastos com saúde, ficamos extremamente sofridos e angustiados por observar uma realidade como essa.

Faço a leitura rápida e breve da lista da renúncia.

Os mais beneficiados com isso:

União Brasileira de Educação e Assistência (RS)

1999: R\$22,8 milhões

Sociedade Beneficente Israelita Brasileira – Hospital Albert Einstein (SP)

1999: R\$22,4 milhões

Universidade Estadual de Campinas

1999: R\$20,2 milhões

Fundação São Paulo – Mantenedora da PUC

1999: R\$18,9 milhões

Fundação Faculdade de Medicina (SP)

1999: R\$18,8 milhões

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo

1999: R\$18,5 milhões

Instituto Presbiteriano Mackenzie (SP)

1999: R\$18,2 milhões

Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SP)

1999: R\$17,5 milhões

CNEC – Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (ES)

1999: R\$16,2 milhões

Sociedade Antônio Vieira (RS)

1999: R\$15,9 milhões

Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência (SP)

1999: R\$15,5 milhões

Casa de Saúde Santa Marcelina (SP)

1999: R\$12,5 milhões

Faculdades Católicas (RJ)

1999: R\$12,3 milhões

E continua uma lista que nos deixa profundamente impressionados:

Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês (SP) (uma das instituições mais inacessíveis a pobres deste País, localizada em São Paulo)

1999: R\$9,7 milhões

Sociedade Universitária Gama Filho (RJ) (não imagino que possa haver pobre estudando nessa universidade)

1999: R\$9,5 milhões

Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (RS)

1999: R\$9 milhões.

Então, causa-nos uma perplexidade profunda imaginar que há um descompromisso absoluto do Governo Federal em controlar a vazão de seus gastos, porque esses privilégios estão mantidos, a reforma do Estado tem sido muito fantasiosa e profundamente descomprometida com as razões sociais do País, e imaginar que, hoje, os indicadores do Norte e Nordeste do Brasil nos deixam bem próximos do Sudão, na África, em relação à saúde.

Vamos ficar bastante agredidos ao sabermos que R\$1,6 bilhão esteja drenado a privilegiados e, dessa forma, longe de prestar assistência aos pobres, como manda a lei da filantropia. O gestor responsável da Associação Nacional de Seguridade Social diz não ser possível controlar, de Brasília, a presença efetiva da solidariedade pelas instituições beneficiadas com o modelo de filantropia.

Confesso a minha perplexidade e acredito que esse debate promovido pelo **Jornal do Brasil**, num primeiro momento, deveria ocupar o Congresso Nacional, os gabinetes ministeriais, o INSS, a Previdência Social, e deveríamos tomar medidas duras e exemplares no sentido de acabar com essa festança, que permite a um hospital dos mais caros do Rio de Janeiro, localizado na Lagoa Rodrigo de Freitas, com patrimônio em uma das seis áreas mais nobres da cidade em termos de valorização imobiliária, ser amparado por um benefício dessa ordem, de R\$6 milhões.

A matéria ainda traz um dado a respeito da Universidade Cásper Líbero. Ela tem crescido sob o ponto de vista técnico de formação e contribuição social, mas alguns detalhes precisam ser vistos. Apesar de a

Faculdade Cásper Líbero Integrada ser beneficiada com esse modelo na parte de ensino, ela apresenta a seguinte situação:

A Fundação Cásper Líbero, de São Paulo, é um exemplo. De simples Faculdade de Comunicação Social tornou-se um forte grupo de mídia. Os negócios da empresa já incluem um jornal diário esportivo, uma emissora de televisão, uma rádio FM e um portal de Internet, mais recente investida do grupo no mundo empresarial. Mesmo assim, o INSS deixou de arrecadar R\$4,5 milhões do conglomerado no ano passado.

Apesar de a faculdade representar a menor parcela entre os negócios do grupo e de ser a única atividade enquadrada entre as beneficiadas pela lei, a Cásper Líbero não recolhe um centavo de contribuição patronal sobre a folha salarial de todos os seus oitocentos funcionários – trabalhem eles numa sala de aula ou num estúdio de TV. A isenção do INSS não é a única benesse concedida pela União. As entidades benéficas de educação e de assistência social também são isentas do pagamento de todos os impostos e contribuições cobrados pelos Governos Federal, estaduais e municipais. O benefício é assegurado em dois artigos da Constituição, os de nºs 50 e 195.

Sr. Presidente, Senadora Heloisa Helena, colo-camo-nos numa situação de constrangimento. Não consigo imaginar um privilégio de R\$1,6 bilhão para meia dúzia em um País que sofre tanto, onde o muro que prende os pobres não permite a entrada da solidariedade e da justiça social. Até quando vamos permitir que o responsável por uma entidade dessa, que deveria exigir que a solidariedade se fizesse presente, imponha normas de controle efetivo?

**A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL)** – Permite-me V. Exª um aparte, Senador Tião Viana?

**O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC)** – Concedo um aparte, com muito prazer, à Senadora Heloísa Helena

**A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL)** – Senador Tião Viana, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e compartilhar de sua legítima e justa indignação. Quando ouvimos ou lemos matérias – ouvindo a avaliação de V. Exª e levando em conta a experiência que tem nessa área, pela sua vivência nos hospitais

públicos e em determinados setores privados –, ficamos indignados com a cantilena e o falso moralismo do Governo Federal ao tratar dos recursos públicos para educação e para a saúde pública. A todo momento, o Governo fala a respeito da suposta necessidade da reforma do Estado para que se possa atender a todos. No entanto, ele cada vez mais aprofunda um modelo de Estado maldito, um monstrengão deformado a serviço de poucos e em detrimento da maioria. Quem não se lembra, há pouco tempo, de quando as universidades e o setor público discutiam não apenas a melhoria das condições salariais, mas das condições de trabalho? Para isso não havia recurso. Sabemos que muitas das ações consideradas fundamentais, diante do perfil epidemiológico, do aumento das doenças crônico-degenerativas e cardiocirculatórias, envolvem a necessidade do atendimento hospitalar de qualidade e com alta tecnologia. E quem desenvolve esse serviço, hoje? O que o Governo Federal, ao longo dos anos e de forma mais aprofundada na gestão atual, fez com o serviço de alta tecnologia, que representaria lucratividade para os poucos que podem ter acesso ao serviço de saúde pagando ou pelo seguros de saúde? Deixou-o nos hospitais privados, conveniados ou "pilantrópicos" – não estou generalizando a "pilantropia", porque sei que existem entidades sérias. Mas o que eles fizeram? Dedicaram um montante de recursos significativos para a construção da alta tecnologia no setor privado ou conveniado. Hoje, para garantir o atendimento, inclusive de pacientes pobres e miseráveis do SUS, o próprio setor público, além desse tipo de isenção, ainda tem de pagar para que o pobre, o miserável, o excluído tenha acesso ao mínimo a que tem direito pela Constituição. Realmente, é uma perversidade – V. Ex<sup>a</sup> já discutiu isso e eu também – que a maioria do recurso público para a saúde vá para o setor hospitalar, na sua maior parte comandado pela rede privada ou conveniada. Eles assaltam duplamente, porque o fazem oficialmente e ainda permitem esse tipo de concessão. Portanto, gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e, mais uma vez, deixar caracterizado que é por isso que não tenho qualquer respeito por essa "elitinhça" política e econômica decadente, incompetente e cínica, que ousa falar de reforma do Estado quando é para mexer no setor público, e, cada vez mais, transforma este Estado em um monstrengão deformado, a serviço de poucos.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço à nobre Senadora Heloisa Helena e incorporo, com muito prazer, o aparte de S. Ex<sup>a</sup>.

Vendo a chegada do eminentíssimo Senador Lauro Campos ao plenário, confesso que me lembro do seu último pronunciamento, em que S. Ex<sup>a</sup> falou das máfias presentes no Brasil. Só posso considerar isso. Senador Lauro Campos, uma máfia, que movimenta R\$1,6 bilhões todos os anos, com isenção.

Sr. Presidente, fico a imaginar por que tanto privilégio para um Hospital como o Albert Einstein, em São Paulo. São R\$22,9 milhões, como se esse Hospital atendesse a população carente e pobre de São Paulo e do País. Não consigo imaginar onde vamos parar!

O Hospital Universitário do Distrito Federal sobrevive com uma receita da ordem de R\$5 milhões. Essa instituição atende as populações do Piauí, de parte do Maranhão, de Tocantins, da Bahia, de Minas Gerais e de Goiás; atende ainda as comunidades indígenas do Parque Nacional do Xingu, de parte da Amazônia e do Centro-Oeste, além da população do Distrito Federal. Enquanto esse Hospital, que desenvolve uma atividade de excelência – digo isso porque fiz pós-graduação nessa instituição – sobrevive com R\$5 milhões, um Hospital como o Albert Einstein tem um benefício de R\$22,9 milhões!

Sr. Presidente, sinto-me agredido como profissional de saúde e como representante público! Espero, sinceramente, que haja uma manifestação das autoridades brasileiras.

Enviarei este pronunciamento e essa matéria a algumas autoridades de Estado esperando que haja alguma ação no sentido de moralizarmos um setor cujo controle, segundo o próprio responsável, é "frouxo".

**O Sr. Lauro Campos** (Bloco/PT – DF) – Permit-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte ao eminentíssimo Senador Lauro Campos.

**O Sr. Lauro Campos** (Bloco/PT – DF) – Senador Tião Viana, não poderia perder a oportunidade de fazer um breve aparte ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>, que eu viajaria apreciando pelo rádio antes de aqui chegar. Ao ser lembrado por V. Ex<sup>a</sup>, gostaria de falar não a respeito dessa máfia que V. Ex<sup>a</sup> tão bem determinou, tão bem analisou: a máfia daqueles que não botam a mão no bolso – não precisam, estão "liberados para deixar de pagar", como V. Ex<sup>a</sup> demonstrou, mais de R\$1,6 bilhão. Ou seja, há a máfia daqueles que botam o nosso dinheiro no bolso deles, e a máfia daqueles que não põem a mão no bolso para que o Erário seja alimentado por esses recursos da sociedade. V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tião Viana, fez referência ao discurso que pronunciou

ultimamente sobre as máfias. Pronunciei esse discurso antes de ler um livro, intitulado **Morcegos Negros**, escrito por um jornalista da **Folha de S.Paulo**, que contém uma pesquisa imensa sobre o assunto. São mais de 400 páginas. Nesse livro, o jornalista vai a Roma, à Suíça, aos Estados Unidos, à Inglaterra, à Colômbia, enfim, passeia pelo mundo no encalço dos mafiosos que penetraram já há muito tempo no Brasil. Refiro-me às máfias como a **Ndrangheta** e a **Cosa Nostra**, máfias bem-estruturadas e conhecidas. Coincidentemente, havia tocado no assunto antes de ler esse livro, que mostra como todas essas máfias que andaram pelo Brasil foram percebidas, detectadas, mas não foram apenadas. Os integrantes da "Operação Mão Limpas", na Itália, aqueles fantásticos senhores que andavam atrás desses criminosos, correndo risco de vida, obviamente, acabaram desistindo do nosso País, porque todo o trabalho que mandaram para o Brasil, tentando ver se conseguiam prender, por exemplo, o Sr. PC Farias, que tinha diversos depósitos no exterior e se relacionava bastante com mais de uma máfia – ele se relacionava com a **Ndrangheta**, com o Capo Zaneppi e com outros mafiosos, inclusive alguns que já residiram no Brasil – foi insuficiente, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal considerou que não havia provas suficientes para a configuração da formação de quadrilha. Ou seja, que o Sr. PC Farias seria um bandido, um mafioso individual, que fez tudo aquilo a partir do seminário de onde saiu e de um "negocinho" de carros que ele tinha. Três anos depois, a sua fortuna era de bilhões! Morcego Negro é o nome de um de seus aviões, muito conhecido naquela ocasião. A máfia, inclusive a que recebe dinheiro do Erário – grandes empresas que utilizam obviamente o mercado da doença, da necessidade, de modo geral, para enriquecer, se protege e conta com a proteção do Estado, que impede ou dificulta demais que, no Brasil, mafiosos vão para a cadeia. Gostaria até que o autor desse livro, um mineiro de boa cepa, pudesse ter mudado o mundo, a História. Pelo menos naquele nível em que a investigação jornalística se aproxima do mundo, seria interessante se tivesse tido a oportunidade de mudar nossa História, tornando-a mais decente, para que realmente a mão da Justiça alcançasse aqueles que foram obviamente seus sócios. O ex-Presidente Fernando Collor de Mello disse que há muito tempo não se encontrava com ele, mas 640 ligações telefônicas, por exemplo, foram detectadas. E assim por diante. Parabenizo V. Ex<sup>ª</sup>. O tema é excelente e realmente tangencia, tem uma essência comum àquele compor-

tamento mafioso que detectamos todos os dias. Para terminar, não poderia deixar de falar do Sr. Sergio Otero, que foi meu aluno na UnB. Certo dia, aproximadamente 80 funcionários do Serpro, desesperados por terem sido demitidos por ele, vieram me pedir que fosse com eles para conversar com "Sua Majestade" o Dr. Sergio Otero. "Sua Majestade" Fernando Henrique Cardoso vai criando as suas figuras menores, e essa estava lá, com toda a sua empáfia, irrecôncile. O Sr. Sergio Otero defendeu as demissões que havia feito em nome do enxugamento, em nome do neoliberalismo, em nome da modernidade. Com toda agressividade, tentou justificar aquele comportamento de esvaziamento e desmoralização do Serpro, para que, inclusive, sua esposa montasse uma empresa para prestar serviço àquele órgão desmanchado. Agora, vejo no jornal notícia sobre o Sr. Sergio de Otero – que naquele tempo era um estudante muito pobre –, dando conta de que a senhora sua mãe – segundo ele falou – teria adiantado sua parte na herança dela. Mas, como ela não tinha recursos para tanto, deve ter sido presenteada pelo filho, que é sócio do Sr. Eduardo Jorge. Assim, pôde "devolver" esse dinheiro para tentar legitimar o patrimônio do Sr. Sérgio Otero. Percebemos que tem razão quem disse, nos Estados Unidos, que o ambiente mais favorável ao desenvolvimento da máfia é o neoliberalismo. Os hospitais e as universidades também foram beneficiados com o neoliberalismo, já que nessas entidades se instalaram várias máfias. Senador Tião Viana, afinal de contas, estamos falando a mesma linguagem. Congratulo-me com V. Ex<sup>ª</sup>, que sempre tem tratado muito bem de assuntos sérios e é realmente uma pessoa digna de todos os encômios. Muito obrigado.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Obrigado, nobre Senador Lauro Campos. V. Ex<sup>ª</sup> é, para nós, uma referência moral e de vida dentro desta Casa.

Confesso que fico pensando no debate sobre a privatização das universidades. Se um dono de colégio no Rio de Janeiro ganha R\$6 milhões com a chamada filantropia, sendo a sua uma escola pública para a elite, para a classe média alta, talvez não haja melhor lugar no mundo para se privatizar o ensino e colocar as universidades nas mãos de empresas privadas, porque as filantrópias que devem se seguir às universidades privadas devem ser acompanhadas de grandes lucros e grandes enriquecimentos para seus futuros donos.

Espero sinceramente que haja uma revisão.

Foi profundamente forte o que disse a Senadora Heloísa Helena com relação ao trânsito de recursos

pela iniciativa privada, que se utiliza da saúde pública no momento final da vida de alguns pacientes. Lembro que, apesar dos R\$27 bilhões arrecadados ou movimentados pelas seguradoras privadas de saúde neste País por ano, que superam os R\$19 bilhões do orçamento do Ministério da Saúde, o destino final do paciente da seguradora, quando se trata de doença crônica degenerativa, é o hospital público, que sobrevive com migalhas, com os recursos insignificantes, que, infelizmente, ainda são previstos.

Vale lembrar o trabalho realizado por uma entidade da Bahia, cujo nome me parece ser Transparência, mostrando que, controlados a corrupção e o privilégio com o dinheiro público neste País, a renda **per capita** aumentaria, de imediato, em R\$6 mil.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

**FILANTROPIA OFICIAL DE R\$1,9 BI SÓ FAVORECE CLASSES MÉDIA E ALTA**

Apenas cem das beneficiadas ficam com metade da renúncia fiscal

A mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, que deixou de recolher R\$22,8 milhões aos cofres da Previdência, é a principal beneficiada pela renúncia fiscal do Governo. Apenas cem das entidades contempladas respondem por metade de R\$1,5 bilhão que o INSS deixou de recolher no ano passado. Figuram como entidades filantrópicas, mas são, na maioria, universidades e colégios particulares que têm sua clientela nas classes média e alta. Economia

**GUGA VENCE E DISPUTA A FINAL EM INDIANAPÓLIS**

Gustavo Kuerten venceu o australiano Lleyton Hewitt por 2 a 0 e está na final do Torneio de Indianápolis, que será disputada hoje, às 15h (de Brasília). Pelo Brasileiro, o Fluminense empatou com América - MG em 1 a 1. O Vasco joga contra a Ponte Preta as 17h, em São Januário. A festa começa antes com os atletas do clube que irão à Olímpiada. Um deles, o nadador Luís Lima, será o único carioca entre os 13 atletas da natação que estarão em Sidney. O Flamengo enfrenta, em Recife, às 18h30, o Santa Cruz. No mesmo horário, no Maracanã, o Botafogo enfrenta o Corinthians. As musas da tevê contam como se preparam para chegar em forma aos Jogos Olímpicos. Esportes

**ESTADO CRIARÁ MÉTODO PARA VIGIAR POLÍCIA**

Afastar 502 policiais, para o governador Anthony Garotinho, é só o primeiro passo da reestruturação das polícias Civil e Militar. A partir de amanhã, o governo estadual dá a partida na criação de métodos de fiscalização da nova Polícia. Cidade

**TRANSPLANTE REVÊ CRITÉRIOS E MUDA A LISTA DE ESPERA**

A mudança de critério da lista de espera, que deixará de ser puramente cronológico para considerar sobretudo as caracte-

rísticas genéticas do receptor, é considerada pelos especialistas como o principal avanço no sistema brasileiro de transplante de rins. Por esse critério o risco de rejeição diminui, possibilitando melhor aproveitamento do órgão. Hoje o tempo de espera por um rim pode chegar a 10 anos no Estado do Rio e a 6 anos em São Paulo. Brasil

**COTAÇÕES**

*Veja os dados atualizados. Economia*

**LEI ANTIFUMO NÃO PREOCUPA A SOUZA CRUZ**

O mineiro Flávio de Andrade, presidente da Souza Cruz, diz que se preocupa mais com o contrabando, que já absorveu 35% do mercado total de cigarros, do que com a lei que proíbe a propaganda. Fumante convicto, afirma que o consumo cresce em todo lugar onde se proíbe a publicidade.

**ESCOLAS LIDERAM ISENÇÃO DO INSS**

Muitas beneficiadas atendem alunos ricos. Em 1999, Previdência deixou de recolher R\$1,5 bi

**Ana D' e André Lacerda**

Brasília – Universidades e colégios particulares lideram a lista de isenções fiscais concedidas pela Previdência Social a entidades filantrópicas no país. A clientela de boa parte delas é formada por estudantes das classes média e alta. Em 1999 o INSS abriu mão de uma receita de R\$1,5 bilhão, que deveria ter sido recolhida por instituições enquadradas na condição de beneficiadas.

A União Brasileira de Educação e Assistência, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, é a maior beneficiada entre as mais de seis mil instituições atendidas. Ficou livre de recolher R\$22,8 milhões aos cofres da Previdência no ano passado. O Jornal do Brasil teve acesso à lista com os nomes das maiores empresas contempladas em 1999. Apenas 100 das entidades respondem por metade de toda a renúncia fiscal no setor.

No ano passado, as maiores isenções foram dadas a estabelecimentos de ensino do estado de São Paulo, seguido do Rio Grande do Sul. Mas várias instituições estão no Rio de Janeiro, entre elas as universidades Estácio de Sá, Gama Filho e Santa Úrsula. Também aparece na lista o Centro Educacional da Lagoa, freqüentado pela classe média alta carioca, com seis endereços nos pontos mais valorizados da Zona Sul do Rio. Em 1999, a escola foi beneficiada com isenção de R\$6 milhões. O dono é o empresário Júlio Lopes, ex-noivo da modelo Adriane Galisteu.

As filantrópicas têm tratamento privilegiado em relação às demais empresas brasileiras. Elas ficam livres do pagamento da contribuição patronal incidente sobre a folha de salário, cuja alíquota é de 20%, dos recolhimentos do seguro de acidente de trabalho e para o chamado Sistema S (Senai, Senac e Sebrae). Em contrapartida, além de proibidas de distribuir dividendos, as filantrópicas têm de obedecer a uma única exigência: usar 20% da receita em atendimento gratuito à população carente. Muitas acabam aplicando menos.

Para serem contemplados com a isenção, os hospitais são obrigados a destinar 60% dos leitos ao atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

As instituições também adotam regras que limitam o acesso da população carente. Em vez de distribuir bolsas integrais, por exemplo, preferem apenas conceder algum tipo de desconto

nas mensalidades. "Dar benefícios a todos os estudantes é uma quimera. Descontos de 30% atendem perfeitamente aos alunos", sustenta o pró-reitor administrativo e financeiro da Cândido Mendes, Jair Abrunhosa.

Para preencher o limite de atendimento gratuito previsto em lei, é comum que as instituições recorram a artifícios. Um dos mais freqüentes é a inclusão, no cálculo da cota de gratuidade, da concessão de bolsas a filhos de professores – negociada em acordos coletivos como rendimento indireto. Atividades assistenciais paralelas, sem relação com o objetivo principal da instituição, também são comuns: é o caso, por exemplo, da PUC do Rio, que mantém um posto de atendimento psicológico na maior favela da América Latina, a Rocinha.

O Conselho Nacional de Assistência Social admite que o controle sobre a filantropia efetivamente praticada pelas empresas ainda é frrouxo. "Não dá para vigiar todo o país daqui de Brasília", justifica o vice-presidente do órgão, Antônio Brito. A responsabilidade pela fiscalização das entidades benfeicentes é repartida entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o conselho e colegiados municipais de assistência social.

O INSS recebe anualmente relatório das instituições com prestação de contas e atividades desenvolvidas. "As filantrópicas são um dos setores mais difíceis de serem fiscalizados por causa das pressões políticas", revela um funcionário do instituto, que pediu para não ser identificado, temendo represálias. Segundo ele, os relatórios, muitas vezes, são moldados por auditores especializados para atestar o cumprimento da lei.

Neste semestre, o CNAS promete reavaliar todos os certificados concedidos às filantrópicas, renovados pela última vez em 1997. Sem o documento, o estabelecimento fica impedido de pleitear isenção junto ao INSS.

A filantropia acabou mostrando ser bom negócio. A Fundação Cásper Líbero, de São Paulo, é um exemplo. De simples faculdade de comunicação social tornou-se um forte grupo de mídia. Os negócios da empresa já incluem um jornal diário esportivo, uma emissora de televisão, uma rádio FM e um portal de internet, mais recente investida do grupo no mundo empresarial. Mesmo assim, o INSS deixou de arrecadar R\$4,5 milhões do conglomerado no ano passado.

Apesar de a faculdade representar a menor parcela entre os negócios do grupo e de ser a única atividade enquadrada entre as beneficiadas pela lei, a Cásper Líbero não recolhe um centavo de contribuição patronal sobre a folha salarial de todos os seus 800 funcionários – trabalhem eles numa sala de aula ou num estúdio de TV. A isenção do INSS não é a única benesse concedida pela União. As entidades benfeicentes de educação e de assistência social também são isentas do pagamento de todos os impostos e contribuições cobrados pelos governos federais, estaduais e municipais. O benefício é assegurado em dois artigos da Constituição (nº 50 e 195).

- A lista da renúncia
- Instituições na mira do INSS
- Ampliação do Simples
- Flamengo é 1º da lista

#### A LISTA DA RENÚNCIA

(Ranking dos maiores valores individuais)

União Brasileira de Educação e Assistência (RS)

1999: R\$22,8 milhões

2001\*: R\$28,4 milhões

Sociedade Beneficente Israelita Brasileira – Hospital Albert Einstein (SP)  
 1999: R\$22,4 milhões  
 2001\*: R\$27,9 milhões  
 Associação das Pioneiras Sociais (DF): 225-8487  
 Sara Kubitschek – Fundação Hospitalar  
 1999: R\$21,3 milhões  
 2001\*: R\$26,5 milhões  
 Universidade Estadual de Campinas  
 1999: R\$20,2 milhões  
 2001: R\$25,1 milhões  
 Fundação São Paulo – Mantenedora da PUC  
 1999: R\$18,9 milhões  
 2001\*: R\$23,6 milhões  
 Fundação Faculdade de Medicina (SP)  
 1999: R\$18,8 milhões  
 2001\*: R\$23,4 milhões  
 Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo  
 1999: R\$18,5 milhões  
 2001\*: R\$23,1 milhões  
 Instituto Presbiteriano Mackenzie (SP)  
 1999: R\$18,2 milhões  
 2001\*: R\$22,7 milhões  
 Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SP)  
 1999: R\$17,5 milhões  
 2001\*: R\$21,8 milhões  
 CNEC – Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (ES)  
 1999: R\$16,2 milhões  
 2001\*: R\$20 milhões  
 Sociedade Antônio Vieira (RS)  
 1999: R\$15,9 milhões  
 2001\*: R\$19,8 milhões  
 Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência (SP)  
 1999: R\$15,5 milhões  
 2001\*: R\$19,2 milhões  
 Sociedade Mineira de Cultura – PUC (MG)  
 1999: R\$15,2 milhões  
 2001\*: R\$18,8 milhões  
 Fundação E.J. Zerbini (SP)  
 1999: R\$14,9 milhões  
 2001\*: R\$18,6 milhões  
 Casa de Saúde Santa Marcelina (SP)  
 1999: R\$12,5 milhões  
 2001\*: R\$15,5 milhões  
 Faculdades Católicas (RJ)  
 1999: R\$12,3 milhões  
 2000\*: R\$15,4 milhões  
 Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS)  
 1999: R\$11,9 milhões  
 2001\*: R\$14,8 milhões  
 Casa N. S. da Paz Ação Social Franciscana (SP)  
 1999: R\$10,8 milhões  
 2001\* R\$13,5 milhões  
 Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (RJ)  
 1999: R\$9,9 milhões  
 2001\*: R\$12,4 milhões  
 Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês (SP)  
 1999: R\$9,7 milhões  
 2001\*: R\$12,1 milhões

Associação Congregação de Santa Catarina (SP)  
 1999: R\$9,7 milhões  
 2001\*: R\$12 milhões  
 Sociedade Universitária Gama Filho (RJ)  
 1999: R\$9,5 milhões  
 2001\*: R\$11,9 milhões  
 Sociedade Paranaense de Cultura – PUC (PR)  
 1999: R\$9,4 milhões  
 2001\*: R\$11,7 milhões  
 Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (RS)  
 1999: R\$9 milhões  
 2001\*: R\$11,2 milhões

**Fonte:** Ministério da Previdência Social

**Obs:** os cálculos das renúncias foram feitos com base em dados da folha de pessoal das empresas, entre eles, os fornecidos pelas próprias empresas na Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (GFIP).

#### INSTITUIÇÕES NA MIRA DO INSS

*Governo Admite que Fiscalização Não é Adequada*

Brasília – O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) admite que o controle sobre a filantropia efetivamente praticada pelas instituições ainda é inadequado. "Não dá para vigiar todo o País daqui de Brasília", justifica o vice-presidente do órgão, Antônio Brito. A responsabilidade pela fiscalização das entidades benéficas é repartida entre o INSS, o Conselho e os colegiados municipais de assistência social – estes últimos foram criados recentemente.

Mesmo assim, algumas entidades estão na mira do INSS. Uma delas é a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais. O instituto encaminhou recurso à Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência recomendando o cancelamento do certificado de filantropia concedido à instituição. A gerência do INSS em Belo Horizonte constatou irregularidades e o descumprimento da lei.

Segundo o relatório dos fiscais, a instituição aplicou apenas 5% da sua receita em atividades assistenciais em 1997, quando a lei determina 20%. Também transferiu quantias para outras empresas e efetuou pagamentos de despesas de responsabilidade de diversas pessoas jurídicas, cujos valores foram contabilizados como se fossem da PUC. Segundo o INSS, essa é uma forma de distribuir lucros, o que é vedado às entidades filantrópicas.

O percentual de gratuidade de 5% foi posteriormente revisado pela universidade, que apresentou novos balanços atestando aplicação de 15% e depois de 20%. Mesmo com as conclusões da fiscalização, o Conselho Nacional de Assistência Social renovou o certificado de filantropia da PUC/MG em julho deste ano.

A instituição nega as irregularidades, embora sustente desconhecer a investigação do INSS. Informa que as empresas citadas fazem parte da Sociedade Mineira de Cultura, mantenedora da PUC de Minas, mas não são contempladas com o benefício fiscal. "Só a folha de funcionários e professores da universidade é isenta da contribuição patronal", afirma a Secretaria de Comunicação, Ana Luisa de Castro Almeida.

O pró-reitor de Administração da União Brasileira de Educação e Assistência (a PUC do Rio Grande do Sul), Antônio Mário Bianchi, disse que a instituição cumpre a filantropia exigida de

duas formas. Uma delas é por meio do hospital da faculdade de Medicina, que destina 64% do atendimento a pacientes do SUS. A instituição também realiza obras de assistência social, atendendo a população carente de uma vila próxima ao campus, em creche e asilo.

Deitado sobre uma renúncia de R\$4,5 milhões, o superintendente de Controladoria da Fundação Cásper Líbero, José Romanucci, disse que a atividade benéfica é feita por meio de concessão de bolsas gratuitas a alunos carentes, mas recusou-se a informar o número dos beneficiados. Segundo Romanucci, a Faculdade de Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda mantém mensalidade de R\$400 graças à isenção do INSS, caso contrário, teria que cobrar mais.

A Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo é uma instituição que presta serviços ao Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo. A USP e o HC são estaduais. A fundação fornece mão-de-obra (9 mil funcionários), equipamentos e medicamentos ao hospital. Além da isenção do INSS, recebe do SUS para atendimentos dos pacientes do HC.

#### AMPLIAÇÃO DO SIMPLES

Brasília – Está na Câmara o projeto de lei que amplia o número de empresas do SIMPLES, o sistema unificado de recolhimento de impostos de pequenas e microempresas. Isso significa estender para milhares de empresas de diversas atividades o direito de pagar um imposto único e se livrar da contribuição patronal do INSS.

O projeto seria votado nesta semana foi adiado depois do Governo conseguir convencer algumas lideranças, antes favoráveis, a mudar de opinião. A renúncia fiscal da Previdência em relação ao Simples está em torno de R\$1,5 bilhão. Em 2001, deve atingir R\$2,1 bilhões.

O relatório do Deputado Silvio Torres (PSDB – SP) permite a inclusão no Simples de setores como construção de imóveis, agentes lotéricos, agências de viagem e turismo, clubes esportivos, pré-escolas e estabelecimentos de ensino.

#### FLAMENGO É 1º DA LISTA

Brasília – Os clubes de futebol integram o seleto grupo de empresas contempladas por isenções fiscais concedidas pela Previdência Social. Embora movimentem bilhões de reais, recolhem ao órgão apenas 5% da renda obtida nas partidas. A renúncia fiscal, neste caso, é estimada em cerca de R\$60 milhões. A dívida do setor, que inclui federações e clubes de recreação, está em torno de R\$110 milhões. O valor foi apontado em fiscalização feita pelo INSS nas contas das empresas.

Dono da maior torcida do País, o Flamengo é o primeiro colocado da lista de maus pagadores. Deve R\$21,6 milhões, que já estão em cobrança judicial. Em segundo lugar vem o Camping Clube do Brasil, cujo débito é de R\$19,2 milhões. Nesse ranking, o Fluminense carioca está bem colocado. Ocupa a terceira posição, com dívida de R\$13 milhões, também em cobrança judicial e administrativa. O Atlético Mineiro vem em seguida: deve R\$7 milhões.

Os clubes também aproveitaram o Refis – programa do Governo Federal que permite o parcelamento de impostos e contribuições em atraso, em condições vantajosas. Cerca de R\$64 milhões de seus débitos foram refinanciados. Nesse valor, há três federações de futebol. Entre os clubes, estão Flamengo, Fluminense, América – MG, Grêmio, Guarani e Ponte Preta.

Além dos clubes de futebol, são beneficiados com renúncias fiscais da Previdência Social empregadores domésticos, pequenos produtores e empregadores rurais, pequenas e microempresas que recolhem impostos pelo Simples. A maior parte dos subsídios é concedida aos segurados especiais – isto é, pequenos trabalhadores rurais que atuam em regime de economia familiar – e garimpeiros.

Parte da renúncia fiscal resulta da menor contribuição recolhida por empregadores domésticos. A alíquota é de 12% e não de 20%, como a do resto dos trabalhadores.

*Durante o discurso do Sr. Tião Viana a Sra. Heloísa Helena deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ribamar Fiquene.*

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene) – Concedo a palavra à eminente Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, infelizmente, vou falar novamente de outra máfia, apesar de ser cansativo ficarmos o tempo todo falando sobre esse assunto.

Transitando pelas ruas de Brasília, percebemos a floração do ipê amarelo, que é tão linda e me faz lembrar uma planta existente em Alagoas, a caraíbeira, que me recorda a minha infância. Queria falar de assuntos melhores, mais suaves. No entanto, essa elitezinha cínica realmente impõe que fiquemos aqui falando o tempo todo sobre esses fatos. Tenho certeza de que este é o pronunciamento que o povo brasileiro gostaria de fazer e faria se estivesse ocupando este espaço.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, quero partilhar com V. Ex<sup>as</sup> uma preocupação. Todos nós, que defendemos o País, sentimos saudades do jornalista Aloysio Biondi, pela sua dignidade e coragem em denunciar o processo corrupto e maldito de privatização no Brasil e os mecanismos entreguistas montados pelo Governo Federal.

Ontem, conversei com o Senador Roberto Requião por telefone. Como não pôde estar presente às sessões do Senado nesta semana, por se encontrar em seu Estado resolvendo outros problemas, S. Ex<sup>a</sup> partilhava comigo a sua indignação – sei que o Senador Lauro Campos também pensa assim – em relação à multa de R\$1,3 bilhão que a Organização Mundial do Comércio estabeleceu contra o Brasil, relativa ao chamado programa de incentivo às exportações, dado pelo Brasil à Embraer.

Tudo isso nos faz lembrar outros fatos: os programas de incentivo que nunca ocorreram quando essa empresa era pública. Senador Lauro Campos, o

montante da receita da venda, do entreguismo da Embraer, foi de apenas R\$192 milhões, certamente financiados, com toda aquela bandalheira que sabemos que o BNDES e o Governo Federal fizeram. Agora, em função de um programa de incentivo dado pelo Governo Federal a essa empresa privada, o Brasil vai ter de pagar R\$1,3 bilhão. E o pior é que o próprio Governo Federal encara isso com a maior naturalidade.

Nossa indignação é por causa do cinismo dos enamorados, dos partícipes do modelo neoliberal. Todos sabemos que eles sempre passaram a vida com aquela cantilena, com a discussão da globalização, da derrubada de todas as fronteiras, do "liberou geral", do livre mercado. A Organização Mundial do Comércio não é o livre mercado. Trata-se, supostamente, de um instrumento para impedir o livre mercado, pois organiza as suas normas. Todos sabem o quanto se critica quando isso é feito pelo Estado nacional: "O Estado intervindo na economia é um absurdo! A globalização é que significa modernidade e garante a competitividade entre as empresas". Ou ainda: "O que garante a modernidade é a liberdade entre os mercados".

A Organização Mundial do Comércio é um instrumento fundamental para impedir isso. Entretanto, se agisse assim com todos os países, ainda haveria uma certa lógica, mesmo que fosse uma lógica ridícula. Mas causa-me raiva ver como o Brasil é covarde! Fico impressionada com esse tipo de coisa. Melhor dizendo, não é o Brasil que é covarde, porque o povo brasileiro é digno, generoso e trabalhador, mas, sim, as autoridades federais. Como podemos aceitar com naturalidade uma multa de R\$1,3 bilhão em função de um subsídio concedido? Está errado o subsídio, foi errada a privatização por essa migalha. Mas como é que podemos aceitar isso quando vemos claramente como a Organização Mundial do Comércio funciona em relação aos grandes países? Essa organização está agindo assim para proteger o interesse do Canadá.

Quem não se lembra da declaração da Organização Mundial do Comércio de que não aceita sanções unilaterais do país? Ou, ainda, de que é a corte da Organização Mundial do Comércio que estabelece as normas a serem seguidas por todos os países? Quem não se lembra do que ocorreu há pouco tempo – parece-me que V. Ex<sup>a</sup> falou a respeito, Senador Lauro Campos –, das sanções unilaterais feitas pelos Estados Unidos em relação à importação do nosso aço?

Isso é feito várias vezes, e o Governo brasileiro acha natural. Vejam a aberração: o alto escalão, os dirigentes da Embraer consideraram o valor alto. Para o Governo brasileiro, é um valor normal: "Never esperei um valor baixo". Ou seja, vê com absoluta naturalidade isso.

Manifesto minha indignação para, mais uma vez, deixar aqui registrado que não somos parceiros nem cúmplices dessa estrutura perversa montada pelo Governo Federal, com o objetivo de acabar, mais ainda, com este País tão maravilhoso, que é o nosso querido Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, deixo registrado aqui o nosso protesto em relação à posição da Organização Mundial do Comércio e à subserviência do Governo brasileiro e recordo o processo entreguista, maldito, fraudulento e corrupto das privatizações e dos danos causados à Nação brasileira.

Sei que, se a História, no futuro, punir com letras gastas e vazias nos livros tais personalidades, talvez pelo menos isso sirva de exemplo para as futuras gerações. Sei também que isso não adiantará muito, pois quando isso for escrito, essas pessoas talvez nem estejam mais vivas, e seus filhos ou netos, com certeza, estarão felizes em algum grande colégio da Suíça, passeando alegremente pela Europa, e certamente não terão a oportunidade de vivenciar a dor, a miséria e o sofrimento do povo brasileiro.

Mais uma vez, fica aqui o nosso protesto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, como venho fazendo desde 1954, trago o meu abraço fraterno à memória do Dr. Getúlio Vargas, que, exatamente na madrugada do dia 24 de agosto de 1954, num gesto que merece respeito, abriu mão da própria vida para não aceitar a imposição dos militares, que exigiam a sua renúncia, e para que não se iniciasse uma guerra civil de consequências imprevisíveis.

Aliás, um de seus filhos, João Goulart, foi apelado do Governo, tendo a maioria do povo e muitos militares ao seu lado. Preferiu o exílio. Foi para Montevideu ao invés de iniciar uma guerra civil. E terminamos com uma ronha: o golpe de 1964.

Getúlio Vargas foi, sem dúvida, uma das figuras mais dignas e honradas do País. Podemos analisar sua vida e seus equívocos, embora, ao analisar o

equívoco de 1937, devamos analisá-lo de acordo com a conjectura da época: o Brasil estava entre o integralismo e o comunismo, havia o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha, o comunismo na Rússia, uma guerra mundial de consequências imprevisíveis.

É claro que sempre defendi que o ideal era nós ficarmos na democracia. Mas houve grandes passagens na época de Getúlio Vargas, e pode-se dizer que ele foi o homem da História deste País, desde o seu descobrimento. Há outros, como Juscelino, mas não há nenhum como Getúlio Vargas. Ele é o primeiro.

Nesta hora, quando se fala tanto em ética, quando o Governo praticamente põe a público o seu código de ética e razões que haverão de orientar e determinar o seu andamento, faço questão de salientar as diferenças em questão de ética e o que significava para o Presidente Vargas a questão de ética.

As acusações mais absurdas que se possam imaginar foram feitas ao Presidente Vargas. A imprensa, sordidamente, tendo à frente o Sr. Carlos Lacerda, foi usada total e absolutamente para demolir a imagem do Presidente e transformá-lo num monstro, num criminoso, num corrupto.

A História mostrou, desde o dia do suicídio de Getúlio Vargas até hoje, que a sua vida na Presidência da República – ele que vinha do positivismo no Rio Grande do Sul, discípulo nesse sentido de Júlio de Castilho – era de uma retidão, de uma dignidade e de uma correção que iam ao exagero.

Entraram no quarto onde ele morava. Abriram seu inventário, e se tomou conhecimento do que ele havia deixado para seus filhos: muito menos do que tinha recebido de seu pai, fazendeiro de São Borja. Pode-se constatar que, durante os vinte anos de Presidência da República, ele não tinha comprado absolutamente nada e não tinha absolutamente nada a mais do que as fazendas herdadas pelo seu pai. As fazendas estavam malcuidadas, porque ele não podia estar lá e seus filhos não tinham grande predileção pela fazenda e moravam no Rio de Janeiro. Assim, as fazendas eram cuidadas por terceiros. É fácil de entender que as fazendas não estivessem sendo tão bem cuidadas como quando eram controladas pelo velho General Vargas, que tinha o comando e o gosto pela vida rural, pela pecuária.

É interessante notar, em toda a vida do Presidente Vargas, em toda a sua biografia, o caráter da dignidade, o caráter da seriedade, o caráter da honrabilidade. O seu diário íntimo, que foi publicado, demonstra até que ponto ia, no seu Governo, o aspecto da seriedade. Agora dizem que o Presidente da Re-

pública, às vezes, assina sem ler. O diário mostrava que o Presidente Vargas não despachava na mesma hora. O Ministro deixava determinada matéria com o Presidente, que a levava para o seu gabinete; só depois de ler e reler a matéria, o Dr. Getúlio Vargas a mandava com a sua assinatura para o Ministro. Quando o Ministro levava uma proposta de projeto ao gabinete do Presidente Getúlio Vargas, aquela proposta não saia dali assinada. Ele deixava o projeto com o Presidente, que fazia um estudo, e depois o Chefe da Casa Civil fazia chegar a matéria às mãos do Ministro.

É interessante comparar aquela época em que a imprensa jodiou tanto da figura de Vargas com os dias de hoje. Lembro-me do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda Senador, eleito Presidente da República, fazendo a sua despedida desta tribuna. Ele chamou a nossa atenção, dizendo com todas as letras: "Está encerrada a Era Vargas!". Fui um dos que não conseguiram entender o conjunto do seu pronunciamento. O que o Presidente quis dizer com aquelas palavras? É verdade que o Presidente Fernando Henrique Cardoso é filho do Sr. Leonidas Cardoso, um general ilustre – diga-se de passagem –, que defendia uma linha conhecida ao longo da História.

**O Sr. Bernardo Cabral (PFL AM)** – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador Pedro Simon?

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB RS)** – Pois não, Senador Bernardo Cabral, com o maior prazer e com muita honra.

**O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM)** – Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> sabe que eu sempre o ouço com a atenção que me merece e com o respeito que esta Casa lhe tributa. V. Ex<sup>a</sup> aborda um tema que confirma a velha tese de que só se consegue verificar o tamanho de uma montanha afastando-se bem dela; da base não se consegue divisá-la na sua inteireza. É preciso que o tempo decorra para que as pessoas saibam a grandeza de outras que se foram – nem sempre há o reconhecimento dos seus contemporâneos. Mas V. Ex<sup>a</sup>, que é contemporâneo, está fazendo uma justiça que os pôsteros vão proclamar. V. Ex<sup>a</sup> é uma espécie de navio político que parte para o destino onde a sociedade quer que chegue e V. Ex<sup>a</sup> chega lá. Chega, Senador Pedro Simon, porque remove o passado de um conterrâneo seu que não haverá quem ponha cobro ou fim à sua era. Isso é produto, talvez, quem sabe, de uma miopia política ou de um delírio exagerado de querer fazer – não é apagar – que uma figura como Vargas fique esmaecida. É pena que V. Ex.<sup>a</sup> faça um belo e denso discurso num plenário que

não está totalmente lotado como deveria. Mas eu olhava para trás e verificava que talvez isso não fosse necessário, porque a voz de V. Ex<sup>a</sup> vai ecoar. E aí V. Ex<sup>a</sup> lembra o velho Padre Vieira nos seus Sermões, que dizia que "até os penhascos respondem com o eco, senão rebentariam de dor". O eco da história V. Ex<sup>a</sup> está fazendo agora, com sua voz. Veja nas minhas palavras sílabas de solidariedade, Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – V. Ex<sup>a</sup> é, indiscutivelmente, um Senador excepcional. É um grande tribuno, dos maiores que temos, um grande jurista, um grande administrador e um grande historiador, mas V. Ex<sup>a</sup> tem a sensibilidade de ver, de sentir os problemas e analisá-los no seu contexto. Não é apenas o aparte de V. Ex<sup>a</sup> que me honra e emociona neste momento, mas a constância de V. Ex<sup>a</sup>, que tem serenidade. Espero que V. Ex<sup>a</sup> me perdoe, mas chego a ter um pouco de inveja cristã de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Bernardo Cabral (PFL AM)** – É inveja saudia, Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Como eu gostaria de ser assim! V. Ex<sup>a</sup> tem a grandeza de ver, analisar e interpretar os fatos com imparcialidade e com a visão de quem está vendo, sentindo e traçando o rumo.

**O Sr. Bernardo Cabral (PFL AM)** – Obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Não foi feliz o Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando, desta tribuna, determinou que estava encerrada a Era Vargas. Não somos nós que determinamos o início e o encerramento de um ciclo. Às vezes, as pessoas podem até determinar o início, sem o desejarem. Por exemplo, a morte do Arquiduque Francisco Ferdinando decretou o início da Guerra de 1914. Nem ele sabia; não era esperada a sua morte. E é verdade que esse fato decretou o início da I Guerra Mundial.

O Brasil, entretanto, tem muito poucas grandes lideranças a admirar, e parece que, de certa forma, às vezes, faz questão de humilhar as suas grandes lideranças. Outro dia, li um livro sobre D. Pedro II, invocando os seus possíveis vícios grotescos, dos quais nunca tinha ouvido falar, e, sinceramente, repugnou-me a determinação, a coragem de alguém de fazer uma agressão dessa natureza a um vulto da História do Brasil.

Com Getúlio, isso já passou. Conversando hoje com seus maiores adversários, vemos e reconhecemos que eram adversários por uma questão de posição: ele estava numa linha que derrotou a chamada li-

nha café-com-leite, de Minas Gerais e de São Paulo, que dominava todo o País. Houve uma mudança de hábitos e de princípios, e, logo em seguida, o Presidente Getúlio Vargas não só mudou a política café-com-leite, como pôs fim à política dos presidentes – os governadores da época –, que mandavam no Brasil. O Dr. Getúlio terminou com a Era dos Governadores e passou a criar uma Nação. À época, não tínhamos nem partido político nacional; havia o Partido Republicano Paulista; as grandes formações ocorriam em torno dos Estados. A República era uma ficção total, e o Dr. Getúlio foi até ao excesso de queimar as bandeiras dos Estados – é claro que foi excesso –, mas, na verdade, ele iniciou o caminho da Pátria brasileira.

Quero salientar aqui, entre ele e Fernando Henrique Cardoso, as diferenças e as igualdades.

Getúlio Vargas foi uma figura que nasceu, de certa forma, predestinada. Ele não tinha por que chegar à Presidência da República: fazendeiro, filho de fazendeiro, advogado, Deputado de um Estado que, à época, era importante – o Rio Grande do Sul era o segundo Estado em economia do Brasil –, mas sem qualquer chance de projeção nacional.

Ele veio para cá, Líder do Governo. Washington Luís o escolhe Ministro da Fazenda, de certa forma, para irritar a figura de Borges de Medeiros, Governador do Rio Grande do Sul, dando uma projeção maior a Getúlio Vargas, para que o seu chefe passasse a vê-lo com certa restrição.

É até interessante: vi em um arquivo de Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul, uma carta de Getúlio Vargas a ele – naquela época, era correspondência – dizendo que tinha sido surpreendido com um convite de Washington Luís para ser Ministro da Fazenda. Ele não sabia o que responder, pedia um tempo e consultava o Dr. Borges de Medeiros, o chefe, para este dizer o que deveria fazer.

Vejam a malícia do Dr. Getúlio Vargas e vejam a franqueza de Borges de Medeiros, que responde dizendo que previa um grande futuro para Getúlio Vargas, mas que ele não deveria assumir o Ministério da Fazenda, pois não era essa a sua missão. Devia continuar lutando, como todos nós lutávamos, para que Assis Brasil fosse Ministro da Agricultura – e repare como é a história –, porque, naquela época, o Ministério da Agricultura era muito mais importante para o Rio Grande do Sul do que o Ministério da Fazenda.

Getúlio Vargas recebeu a carta e o que fez? Em vez de ir ao encontro de Washington Luís e transmitir-lhe a sua decisão – em outras palavras, acatar ou

não o pedido do Governador, que havia lhe pedido para não aceitar –, Getúlio Vargas teve uma "enfermidade". Essa enfermidade durou algum tempo: o tempo suficiente para que Borges de Medeiros mandasse outra carta a Getúlio Vargas, dizendo que ele alterava o seu pensamento e achava que Getúlio Vargas deveria aceitar o Ministério da Fazenda. Getúlio Vargas responde, dizendo: "Atendendo ao seu pedido, vou aceitar o Ministério da Fazenda".

Mesmo assim, aonde é que iria Getúlio Vargas? Era um candidato meio que de mentira, porque era a vez de Minas Gerais e São Paulo quis repetir com Washington Luís, substituindo-o por Júlio Prestes. O Governador de Minas Gerais não aceitou, rebelou-se e lançou a candidatura de Getúlio. Assim teve início a sua caminhada.

Fernando Henrique tem uma história completamente diferente. De avô e pai ilustres, nasceu em berço de ouro. A sua formação foi excepcional do ponto de vista da cultura, da educação, da moral e da ética. Sempre cursou as melhores escolas e pôde contar com grandes exemplos em sua família. Dotado de capacidade privilegiada desde o início, transformou-se num homem de grande capacidade: várias línguas, vários ramos do Direito e da Cultura, além da Sociologia, que constitui a sua principal formação, livros publicados, cursos, passagens por inúmeras universidades e conferências, além da convivência com lideranças intelectuais e políticas do mundo inteiro. Fernando Henrique foi e não foi atingido pelos atos de artifício, porque, aposentado pela universidade, saiu na frente e se auto-exiliou, afastando-se do Brasil e tendo tido, primeiro no Chile e depois na França, diversas oportunidades. Evidentemente, jamais poderemos falar da mágoa, da tristeza de um exilado ou mesmo de alguém que, não tendo sido exilado, decidiu abandonar sua pátria em razão de dificuldades enfrentadas para nela viver.

Conviveu com o que tinha de melhor na cultura, na intelectualidade e na política do mundo inteiro. Uma época – e todos que estiveram lá me contam – fantástica aquela em que os políticos latino-americanos viveram no Chile. Depois, com a queda de Allende, foram para várias lugares do mundo.

O Dr. Fernando, de saída, foi a Paris e lecionou em inúmeras universidades. Voltou ao seu país, integrou-se na vida política. Ou melhor, primeiro integrou-se, digamos assim, na vida intelectual, naquela movimentação que havia logo quando o regime militar estava se afastando e já se sentia o cheiro da democracia brotando das flores da primavera.

Lembro-me de como ele brilhou, de como a mocidade de Porto Alegre e a mocidade de São Paulo vibravam assistindo às suas palestras. Ele tinha – aliás, ele tem – o que Getúlio Vargas também tinha: uma capacidade enorme de agradar as pessoas que assistiam às suas palestras.

Getúlio era uma pessoa de quem patrões e empregados gostavam muito. Dizia-se até que ele era o pai dos pobres e a mãe dos ricos. A verdade, porém, é que Getúlio fez amplo campo de profundas penetrações e muitas pessoas ligadas ao empresariado tinham muito respeito por ele. Isso, além de ele ser um grande nome ligado às massas trabalhadoras.

Fernando Henrique era isso. Naquele ambiente onde havia unanimidade em torno do pensamento de que o regime militar deveria terminar, havia interrogações imensas acerca do rumo a tomar. Eu fui um dos derrotados. Eu lutei muito, eu lutei intensamente para que ficássemos todos juntos até o dia em que fosse instalada a Constituinte. Eu acreditava que, se pudéssemos ficar juntos até o início dos trabalhos da Constituinte, os partidos poderiam ser extintos e poderíamos votar a nova Constituição assumindo compromissos unicamente com o povo. Terminava a história de saber se a pessoa vinha da Revolução, era contra ou a favor dela, era do MDB, era Getúlio, era PTB etc. Deveria ser uma discussão entre cidadãos brasileiros.

O debate da Constituinte foi fantástico, querido Senador Bernardo Cabral. Essa foi uma época em que senti uma inveja que não se pode dizer que tenha sido cristã. Eu chegava a me morder, lá no Governo do Rio Grande do Sul, assistindo ao debate da Constituinte. Às vezes eu vinha, principalmente nos fins de semana, e caminhava pelos corredores do Congresso Nacional como um anônimo – colocava óculos escuros e chapéu. Eu não me lembro, na história do mundo, de uma preparação de constituição tão bela e tão magnífica, com a participação de toda a sociedade. Havia dez, quinze, vinte reuniões ao mesmo tempo. Ficávamos tontos. Alguém dizia: "No auditório Petrólio Portella, está falando fulano." Eu estava nesse auditório e outro dizia: "No auditório Nereu Ramos, está falando beltrano, está havendo um debate sobre isso". Praticamente todos participaram.

Foi um grande trabalho, foi uma grande Constituição, mas houve um erro: houve um racha. O MDB, os contra a Revolução de um lado, os da Arena de outro lado. Criaram o Centrão e não se votou uma Constituinte, cada um de acordo com a sua consciência; não se votou uma Constituinte onde os grupos te-

nham-se formado dentro dos princípios do debate. Votou-se uma Constituinte onde vários grupos se formaram aleatoriamente – havia o grupão, o centrão, não sei o quê e assim por diante – e, baseado nisso, a maioria Parlamentar – muitos cumprindo o primeiro mandato – votou sem saber o que estava votando, empurrada por um líder ou por outra pessoa.

Foi uma pena, porque estamos pagando até hoje pela falta de partidos consolidados, que não foram criados naquela época e que não conseguimos criar até hoje. Essa foi a vibração: para aonde vamos? O que queremos? Cada um agia de forma semelhante ao que ocorreu durante a revolução espanhola, ou seja, quando encontravam no meio da floresta um guerrilheiro, prendiam-no e levavam dias querendo saber a que grupo pertencia. E ele dizia: "Tenho uma metralhadora e luto por conta própria. Não tenho grupo nenhum". Havia pessoas naquela época que se comportavam mais ou menos assim: grupo de um, dois, três integrantes.

E nesse cenário Fernando Henrique brilhou pela sua capacidade, competência e pela fórmula que tinha de agradar. A Esquerda gostava muito de Fernando Henrique Cardoso. Quando Sua Excelência candidatou-se ao Senado Federal, ainda havia a invenção da sua legenda. E, tendo sua legenda, dentro dela o MDB de São Paulo apresentou Franco Montoro como candidato principal, tendo conseguido sete milhões de votos. Mas toda a Esquerda, incluindo Eduardo Suplicy, Lula, enfim, todo esse pessoal lançou Fernando Henrique Cardoso para Senador. Portanto, a origem política de Fernando Henrique Cardoso foi no meio sindical, foi no grupo que terminou por formar o Partido dos Trabalhadores. Ou seja, todo esse pessoal de Esquerda estava na frente que comandava a campanha de Fernando Henrique Cardoso.

**O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM)** – Indicado pelo Almino Afonso.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Às madrugadas, iam à beira da fábrica, Lula na frente, e Sua Excelência obteve uma quantia de votos razoável para um jovem que não tinha nenhuma militância e que combateu quem tinha sido Governador de São Paulo, Franco Montoro. Já naquela época foi interessante porque a grande campanha de Fernando Henrique Cardoso foi feita na saída das fábricas, nos bares, em São Bernardo, naquela região, mas, como

ainda hoje acontece com o PT, a maioria dos votos foi obtido na zona de classe média alta, na zona mais bem aquinhoadas.

Eleito Senador, foi uma figura brilhante neste Parlamento. Lotava-se este Senado para ouvi-lo falar. Ora, sou uma pessoa com mil defeitos. Entre os mil defeitos que tenho, um deles é que quando falo, falo. Falo para V. Ex<sup>a</sup>, daqui a pouco V. Ex<sup>a</sup> sai daqui, procura-me e diz: "Achei horrível seu discurso". Mas o Senador Bernardo Cabral pode me dizer: "Gostei muito de seu discurso". Jamais vou conseguir que duas pessoas que pensam diferente gostem do meu discurso se assim o fiz agradando a um lado e não agradando ao outro.

Então, o que me chamou a atenção, o que me deixou impressionado foi quando Fernando Henrique Cardoso fez seu primeiro pronunciamento nesta tribuna. Sua Excelência não fora eleito, fora eleito Franco Montoro, que ficou quatro anos, de 1978 a 1982, nessa tribuna. Em 1982, quando Franco Montoro eleger-se Governador, Fernando Henrique Cardoso assumiu o Senado. O seu discurso de posse foi algo fantástico. O plenário estava lotado. E quando saímos, com todas as pessoas com quem falávamos, do comunica mais fanático ao Robertão, o homem de Centro-Direita mais fanático, era sempre a mesma coisa: "Que discurso! Esse discurso é muito bom! Esse é o homem de que precisávamos. Que belo discurso!" Era fantástica a capacidade e a competência de Fernando Henrique em expor e buscar, apesar das nossas divergências, as nossas convergências. Ou seja, ele apresentava convergências tão sérias e tão significativas que fazia com que esquecêssemos as divergências e nos identificássemos com as suas convergências.

Terminou como Presidente da República. Mas antes de ele assumir no Governo Itamar, já se tinha feito algo em termos da ética e da seriedade. E não se vai encontrar na história deste País, e não é porque eu tenha sido Líder do Governo, um governo que tenha tido mais preocupação com a ética e com a seriedade do que o Governo Itamar. Isso era intrínseco, estava no sangue dele. E o seu governo foi assim. Foi um governo levado aos exageros. Eu, por exemplo, fiquei profundamente magoado com Itamar Franco quando ele demitiu a Erundina, grande Líder. E também foi um grande erro do PT, porque poderíamos ter feito um grande pacto e mudado a História do Brasil, mas o PT, ao invés de aceitar um entendimento, obrigou a Erundina a se afastar temporariamente do PT e, depois, definitivamente.

Não entenderam que a Erundina, Ministra, estava exatamente dialogando ao seu estilo. Ela desceu do Ministério e foi até a porta falar com os trabalhadores, debater com os trabalhadores, discutir com os trabalhadores. Mas o Sr. Itamar Franco não contou que aquilo estava certo, ou seja, ela não poderia falar com os trabalhadores sem ter conversado com ele. E a demitiu pelo telefone. Era tal o sentimento de seriedade na linha de seu governo que era assim que agia.

O Ministro do Planejamento, seu amigo íntimo, convidou Fernando Henrique, candidato nosso e dele à Presidência da República, para a inauguração de uma hidrelétrica no Centro-Oeste. Foi demitido por um telegrama. O Governo tinha candidato. Nosso candidato era Fernando Henrique. Mas o Governo tinha que agir imparcialmente. A máquina do Governo não podia ter candidato. Nomeou para Secretaria da Transportes a Sr<sup>a</sup> Margarida Procópio, no Rio de Janeiro, de quem nunca tinha ouvido falar, até mexi com ele quando a indicou. Ele disse que era uma moça muito bonita. Disse: "Está certo, Itamar, é uma moça muito bonita, uma senhora muito bonita, mas qual é a sua biografia?" Depois de 15 dias a demitiu por telefone, quando ficou sabendo que era funcionária da empresa que cobrava o pedágio da ponte Rio-Niterói, colocada à disposição. Como é que ele ia ter como Ministra dos Transportes uma senhora que estava no Ministério dos Transportes, estava trabalhando na ponte Rio-Niterói, mas, na verdade, na verdade, era uma funcionária da empresa que fazia a cobrança cedida ao Governo.

Lembro-me que procurei o Itamar, nos primeiros dias de seu Governo, e propus-lhe, como uma de suas grandes realizações, a criação de uma ouvidoria e de uma comissão especial para combater a corrupção, para apurar os atos do seu governo; uma comissão composta não de membros do governo nem de funcionários, mas de notáveis que fossem escolhidos para o cargo. Ele aceitou; foi designada a comissão. Os notáveis foram escolhidos da OAB, da ABI, gente de liberdade, respeitabilidade, e, indicados que foram, assumiram com autonomia total, diretamente ligados ao gabinete do Presidente da República. Os Ministros lhe deviam respeito e obediência; convocados, tinham que responder imediatamente. E funcionou muito bem. Como Líder do Governo, se alguém me trazia algum fato, ou se um ministro tinha algum desafeto em relação a outro, em vez de aparecer como aparece hoje e o Governo berra que ministro não pode falar de ministro, levava o caso à comissão e a comissão

averiguava. Funcionou que era uma maravilha. O único elemento do Governo que participava da dita comissão era o Secretário da Administração, General Romildo Canhim, que era o coordenador sem direito a voto.

Fernando Henrique assumiu e um dos seus primeiros atos foi extinguir a comissão. Tão logo tomei conhecimento, fui procurá-lo. Ele manifestou profunda estranheza, não acreditava. Quando lhe mostrei o decreto, o Presidente ficou perplexo. Devia ser um daqueles decretos que assinamos confiando na pessoa que o traz. Sua Excelência garantiu-me que iria anular. Nas próximas horas o decreto seria extinto e voltaria a existir a comissão. E o tempo passou e passou, falei novamente, e o tempo passou. Apresentei como projeto nesta Casa, tendo sido aprovado por unanimidade, entretanto, o projeto está parado na Câmara dos Deputados, porque o Governo não deixa passar, não quer que passe.

Repare que é uma comissão, Sr. Presidente, que dá a maior tranquilidade e a maior serenidade para o Governo, não há aquela história da fofoca do Malan com o Serra, ou do Serra com outra pessoa, quer dizer, houve o problema, a crise, o fato, o caso vai para a comissão, que é composta de pessoas de uma integridade, de uma capacidade que merecem a confiança de todos e, portanto, podem tomar uma determinação. A maioria dos fatos a comissão decidiu, outros, eles mandaram abrir inquérito, mas os casos mais políticos, digamos assim, ali, naquele entendimento, eram resolvidos, e o Itamar tinha o pensamento de que aquele era o caminho. Foi uma pena a extinção da comissão! Hoje os jornais estão dizendo que o Presidente está querendo criar a comissão. Que bom! Mas é tarde, mas é bom. Antes tarde do que nunca. O Presidente Fernando Henrique conviveu no Governo Itamar, durante dois anos, com essa comissão, gostou, aplaudiu e agora pensa em criá-la... É bom, mas não sei...

Vejamos os decretos que foram publicados no Governo Itamar. Decreto nº 1.171, de 22 de junho, de 1994:

Art. 1º. Fica aprovado o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que com este baixa.

Art. 2º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta ou indiretamente implementarão, em sessenta dias, as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética, inclusive medi-

ante a constituição da respectiva Comissão de Ética, integrada por três servidores ou empregados titulares de cargo efetivo e emprego permanente.

Portanto, foi publicado o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal dentro do prazo de 90 dias, tratando das regras deontológicas, dos principais deveres do servidor público e das vedações ao servidor público, nos seguintes termos:

XV – É vedado ao servidor público:

a) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento para si ou para outrem;

b) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam;

c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão;

d) usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;

e) deixar de usar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.

Depois, trata das comissões de ética.

Sr. Presidente, isso funcionou muito bem.

Não se tem notícia, no Governo do Sr. Itamar Franco, que não tenha funcionado a seriedade, a correção e a dignidade, porque se sabia que o Governo tinha uma linha, e o Presidente demitia até amigo pessoal.

Em primeiro lugar, houve a Comissão Parlamentar de Inquérito. Itamar Franco tornou-se Presidente da República em função da CPI do **Impeachment**, que afastou o então Presidente Fernando Collor. Quando S. Ex<sup>a</sup> assumiu a Presidência da República, apareceu um cidadão mostrando uma montanha de corrupção envolvendo o Orçamento do Congresso Nacional. Imediatamente, como Líder do Governo, colhi os dados para assinar o requerimento de instalação da CPI. Um grupo enorme do Governo e da sociedade foi contra, afirmando que havia passado seis meses na CPI do Collor e que, naquele momento, o

Presidente Itamar deveria governar, já que tinha ainda dois anos e meio de mandato. Criamos a CPI do Orçamento, que apurou corrupções enormes e cassou dez Parlamentares. Apurou tanta corrupção, que extrapolou.

O meu querido amigo, ex-Senador José Paulo Bisol, brilhante, e um grande jornalista, Lula – não o político -, terminaram por fazer sair, nas páginas da revista *Veja*, uma infinidade de notícias e fatos que tinham sido encontrados numa casa aqui em Brasília. Publicaram muita coisa, dentre as quais algumas injustiças. Lá pelas tantas, havia uma lista de nomes daqueles que tinham ganho presentes, agendas, fofinhas, e apareciam como corruptos.

O Congresso Nacional ficou tão irritado, tão revoltado, que não deu mais do que os 20 dias que faltavam e não admitiu prorrogar. Fui um dos responsáveis por isso: "Se só temos 20 dias, vamos apurar os Parlamentares e deixar os empresários." Se fôssemos apurar as duas coisas, iríamos fazer o que eles queriam. Quer dizer, passariam os vinte dias e nada seria apurado. Fizemos o serviço com tanta competência, com tanta seriedade, que apuramos os fatos e cassamos dez Parlamentares.

O último item do relatório da CPI dos Anões do Orçamento, feito por mim, dizia o seguinte: fica desde já aprovada a criação de uma CPI, a ser instalada imediatamente, a fim de apurar a lista dos corruptores descobertos nesta CPI e na CPI do **Impeachment**. A CPI terminou e não atrapalhou o Governo Itamar. Na CPI, envolveram o nome do Chefe da Casa Civil, o Dr. Henrique Hargreaves. Quando fui falar com o Presidente Itamar, o Hargreaves já estava lá com a carta de demissão. Ele renunciou à Chefia da Casa Civil, porque ele tinha sido convocado para depor na CPI. Ele disse que iria à CPI depor, mas não como Ministro. Veio como cidadão, como ex-Ministro, depôs, esperou o resultado da CPI e, como não houve uma vírgula sequer contra a sua dignidade, ele voltou.

Assumiu Fernando Henrique Cardoso e, imediatamente, fui convidado insistentemente para ser o Líder do Governo. Não aceitei por uma razão muito simples: pensei que o Governo Fernando Henrique tinha sido constituído numa base muito ampla, envolvendo o PMDB, o PSDB, o PPB, o PFL, com os quais tinha conflitos tradicionais, divergências freqüentes, não tinha uma intimidade tão grande com essa base. E disse, então, a Sua Excelência que eu ajudaria muito mais sendo uma pessoa com quem pudesse contar a qualquer momento no Senado, livre, do que assumindo uma Liderança do Governo, onde tenho, inclu-

sive, com parte da base, atritos tradicionais – eu, vindo do MDB, com o PFL -, divergências freqüentes.

O Fernando concordou, entendeu e eu continuei participando da organização do seu Governo e, por várias vezes, conversamos. Dentro desse espírito, fui ao Fernando e disse que convocaria a CPI que havíamos programado, para apurar os atos dos corruptores. A CPI, Sr. Presidente, já estava pronta. Em 60 dias, não tínhamos que ir buscar ou nomear ninguém. Estava tudo feito, bastava pegar o que já havia, e: colher uma equipe de técnicos e analisar os dados. Ele até que concordou, mas a Assessoria enlouqueceu, dizendo que, no Governo Collor, só se havia falado em corrupção; que, no Governo Itamar, só se falou sobre isso e que, agora, tínhamos de governar.

Consegui a assinatura de mais da metade dos Parlamentares, na Câmara e no Senado. Mas o Governo determinou que o PFL e o PSDB retirasse as assinaturas, na Câmara e no Senado. Conseguí as assinaturas no Senado e o Governo mandou que elas fossem retiradas. E os Parlamentares do PSDB e do PFL não retiraram. Constituída a Comissão, os Líderes do PFL e do PSDB nunca indicaram os membros, e a Comissão não foi instalada.

A minha tese é que, não sendo instalada a Comissão – diz o Regimento não o do Senado, mas o do Congresso Nacional –, "pode ser invocado solidariamente" – porque se os Líderes não indicam os membros na Comissão, o Presidente da Casa, em trinta dias, pode indicá-los.

Apresentei um requerimento pedindo que o Presidente fizesse a indicação. O Presidente resolveu enviar o meu requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde ficou por um tempo, um ano; e o Relator não se pronunciou; passou-se para outro Relator; e não deu em nada.

Aconteceu, então, o primeiro grande incidente no Governo Fernando Henrique Cardoso: foi aquele do Sivam, quando surgiram fitas gravadas no Palácio do Planalto. Uma pessoa foi demitida, ou se demitiu: o Ministro da Marinha. O outro saiu, mas foi ser Secretário de Agricultura do Governo Covas. O outro saiu, mas foi ser Embaixador da Unesco, ou coisa que o valha, em Roma, onde está até hoje. Não deixaram que fosse criada a CPI do Sivam. Inventaram uma super-comissão, da qual o Senador Antonio Carlos Magalhães foi o Presidente, composta pela Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apurar aquele escândalo do Sivam. Garantiram até que um Senador ia ser

cassado, um Senador pelo Amazonas, com muita vivência em São Paulo, pertencente ao PMDB. Claro que não foi; mas foi a garantir ao PFL maioria para eleger o Presidente do Senado. O caso do Sivam não deu em absolutamente nada, apesar das evidências, provas e números comprovados! Não houve nenhuma consequência dos fatos apurados. Isso, levado adiante, faz com que se verifique que, no Governo Fernando Henrique, o que faltou foram atos de coragem para punir quem tinha de ser punido, que houve inflexibilidade com o que deveria ter sido feito. Isso não aconteceu ao longo do tempo.

Lá pelas tantas, a Imprensa divulgou denúncias envolvendo o Palácio, de que vários Ministros usavam o aviões da FAB para viajar à Ilha de Fernando de Noronha, com suas famílias e amigos. Abriu-se inquérito e iniciou-se a discussão. Em consequência, baixaram uma resolução regulamentando o uso dos aviões. Bom, fui Ministro e eu nunca vi essa preocupação com o uso dos aviões. Mas, na verdade, preocuparam-se com o uso dos aviões e ficaram só nisso. Não acharam que tinham que regulamentar mais alguma coisa. Ficou nisso! Acabou, toca para frente!

Começou então uma fase que parecia uma fase de comadre, com Ministro a falar mal de Ministro. E era o Ministro tal dizendo que o Ministro tal era não sei o quê; e era o Ministro tal respondendo que o Ministro tal era não sei o quê. Era uma confusão tão grande... E o coitado do Fernando Henrique a dizer: "Não admito mais. Não pode ser! Chega, não pode ser! Isso é um absurdo! Se tem que falar, tem que falar internamente e tal..." Baixaram uma regulamentação. É uma coisa fantástica. Baixaram uma regulamentação de acordo com a qual em hipótese alguma Ministro poderia falar de Ministro; qualquer coisa teria que ser interno e, se for o caso, via Presidente. Até achei meio exagerado. Uma coisa é a fofoca, é o Ministro falar mal e criticar etc.; outra coisa é uma tese, digamos assim, respeitável – digamos que um Ministro discorde da transposição do Vale do São Francisco e defende uma tese que é diferente, mas é uma tese profunda. Mas baixaram o decreto: "Ministro não pode falar de Ministro".

Foi quando aconteceu, algum tempo depois desse decreto, um episódio com o ex-Chefe da Casa Civil, que era Ministro do Planejamento, se não me engano. Houve um seminário da Fundação do PSDB – um seminário bonito –, transmitido pela televisão. Nesse seminário, estavam sentados o Presidente, o Senador Jorge Bornhausen e vários Ministros. Entre os Ministros, estavam sentados lado a lado o Ministro

Pedro Malan e o Dr. Clóvis, que foi Chefe da Casa Civil e era Ministro do Planejamento. Fala o Malan, com um discurso de improviso, argumentando etc., dizendo o que achava e o que não achava, com ética, com elegância, dizendo como ele pensava que o Governo deveria agir. Quando ele saiu, o Clóvis faz o seu discurso, que estava escrito. E foi muito duro. Entre outras coisas, ele disse o seguinte: "A política econômica deste Governo é uma política covarde. A política econômica é uma política covarde. Não entendo como pode se admitir uma política covarde como esta". Esse fato ocorreu não sei quantos dias depois de baixado o decreto dizendo que Ministro não podia criticar Ministro em hipótese nenhuma. Isso resultou tão negativamente que a imprensa cobrou do Presidente: "Afinal, Presidente, o Malan é covarde? Ou o Clóvis é irresponsável?". Terminou caindo o Clóvis. Reparem: apesar de existir o código determinando que Ministro não poderia falar mal de Ministro.

Agora, acontecem esses últimos fatos e a confusão que está aí. O Governo deveria ter deixado criar a CPI com relação ao Sr. Eduardo Jorge. Teria sido muito melhor. Ele deu a versão dele. Acho que a versão dele pode ser verdadeira. Pode ser. Ele comprou a casa um, depois a casa dois, depois a casa três, depois a casa quatro, depois o terreno cinco. Quando chegou ao final dos quatro anos do Governo, ele, que tinha sido elevado ao cargo mais importante – ele era o Serjão do primeiro Governo, o homem da Tesouraria. Quando o Serjão morreu, colocaram em seu lugar o Sr. Eduardo Jorge. Mas ele não gostou, achou que os rumos do Governo Fernando Henrique não eram os que gostava, não era a socialdemocracia que ele esperava, e teve o gesto de renunciar e dizer que não queria mais. Então, vendeu a casa um, a casa dois, a casa três, a quatro e a cinco, pegou o dinheiro e investiu. Saiu do Governo e comprou um apartamento, uma casa, não sei, no valor de R\$1,2 milhão, no Rio de Janeiro. Esse fato é a coisa mais singela que existe. Só que ele era Secretário particular do Presidente, ele estava ali na Presidência. Saiu da Presidência e comprou a casa. Seria o fato mais normal e mais simples do mundo. Abrem-se as suas contas, e ele mostra tudo, dizendo: "Comprei a casa tal no dia tal, e está aqui a escritura; comprei a casa tal no dia tal, e está aqui a escritura, está tudo aqui. Posso informar o dia em que vendi cada uma dessas casas. O dinheiro estava depositado em poupança, em tal lugar. Em tal dia, comprei a casa número tal, no valor de R\$1,3 milhão. Esse foi o dinheiro que paguei, e essa é a escritura". Pronto, acabou. Ele foi à Comissão e contou a

sua história, que pode ser verdadeira. No entanto, quem é da Oposição não acredita nisso. E não se resolveu nada.

E aí veio de novo esse fala-fala – fulano fala de beltrano, beltrano fala de não sei quem. E o Governo baixa agora, então – está aqui no **Diário Oficial** –, e temos o ato importante do Governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso: "**Diário Oficial**, terça-feira, 22 de agosto de 2000" – é da Casa Civil: "Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submeto à elevada consideração de V. Ex<sup>a</sup> a anexa proposta do Código de Conduta da alta Administração Federal, elaborado tendo em conta os trabalhos e a importante contribuição da Comissão Ética Pública – CEP" – eu havia esquecido: no dia 26 de maio, de 1999, o Presidente da República criou uma Comissão de Ética Pública – "criada pelo Decreto de 26 de maio de 1999, e tinha como seus ilustres membros o Deputado João Geraldo Piquet Carneiro, Célio Borja, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Lourdes Sola, Miguel Reale Júnior e Roberto Teixeira da Costa (...)" Essa era a comissão. Nunca mais ouvi falar dessa comissão. Essa era a comissão, que, naquela época, naquela confusão que houve, a que me referi, ele criou. Nunca mais ouvi falar da comissão. Não mais tomei conhecimento da comissão. Até que, agora, ela é relembrada, dizendo-se que prestou inestimáveis serviços.

Continuo, Sr. Presidente: "Esse Código, antes de tudo, valerá como compromisso moral das autoridades integrantes da alta Administração Federal, com o Chefe do Governo, proporcionando elevado padrão de comportamento ético, capaz de assegurar, em todos os casos, a lisura e a transparência dos atos praticados na condução da coisa pública. A conduta dessas autoridades ocupantes dos mais elevados postos da estrutura do Estado servirá como exemplo a ser seguido pelos demais servidores públicos, que, não obstante sujeitos a diversas normas fixadas de condutas exigíveis – tais como o Estatuto do Servidor Público Civil, a Lei da Improbidade e o próprio Código Penal Brasileiro, além de outros de menor hierarquia –, ainda assim, sempre se sentirão estimulados por demonstrações, a exemplo de seus superiores.

Está aqui:

"Art 1º Fica instituído o Código de Conduta da alta Administração Federal, com as seguintes finalidades:

I – tornar claras as regras éticas de conduta das autoridades da alta Administração Pública Federal, para que a sociedade

possa aferir a integridade e a lisura do processo decisório governamental;

II – contribuir com o aperfeiçoamento dos padrões éticos da Administração Pública Federal, a partir do exemplo dado pela autoridade de nível hierárquico superior;

III – preservar a imagem e a reputação do administrador público, cuja conduta esteja de acordo com as normas éticas estabelecidas neste Código;

IV – estabelecer regras básicas sobre conflitos de interesses públicos e privados e limitações de atividades profissionais posteriores aos exercícios do cargo público;

V – minimizar a possibilidade de conflito entre o interesse privado e o dever funcional das autoridades públicas e da Administração Pública Federal (...)"

É um documento bonito, longo.

O Brasil tem o código de ética profissional do servidor público. Há um código de ético para nós, os "magrinhos", e o código de ética para os "grandes": os ministros, a secretaria da Mesa... as pessoas mais importantes têm o seu código de ética pessoal mais elevado.

Se isso fosse feito trinta dias depois de o Fernando Henrique assumir o primeiro mandato, penso que estaria certo. Podíamos dizer: o Fernando Henrique quer levar as coisas seriamente, quer que o negócio seja para valer. Não é aquela história de assim, assim... Não, o negócio é para valer. Mas seis anos e meio depois!

Por outro lado, aqui há uma prova de humildade, um bonito gesto de humildade. O Sr. Fernando Henrique Cardoso está assinando um gesto de profunda humildade, mostrando que não conseguiu fazer essas coisas em seis anos e sete meses de governo, mas deixa as normas estabelecidas para servirem de exemplo para os dezessete meses que faltam e também para o próximo governo.

Se esse gesto não fosse do Fernando Henrique, se fosse de outra pessoa, eu o acharia natural. O Fernando Henrique é uma pessoa tão vaidosa que acho exagerada essa humildade. Está praticando um gesto fantástico de humildade. É como se dissesse: reconheço que em meus seis anos e meio de governo baixei esse ato a respeito dos aviões, baixei o ato tal, referente aos ministros, e não sei mais o quê, mas nada deu certo. Agora estou baixando o Código de Ética, e

é para valer tanto para esse ano e cinco meses que faltam, como também para o próximo governo.

Felictio o Presidente Fernando Henrique. Eu o respeito, mas tenho algumas interrogações. Por exemplo, fala em trinta dias de quarentena – e a imprensa já está me cobrando –, mas acho que é diferente. Não está querendo dizer que a quarentena para o presidente do Banco Central seja de quarenta dias. Aqui há alguma coisa que deve ser esclarecida. É claro que para o Banco Central o Senado já aprovou o projeto, que está lá na Câmara dos Deputados. Se houver quarentena, e ele está demonstrando que quer, ela não será de quarenta dias. De qualquer maneira o Código foi aprovado – está aqui – e merece respeito. Espero que meu amigo Chefe da Casa Civil mande uma cópia dele para cada ministro.

Aqui há uma coisa muito interessante, que deixa uma dúvida: ele não faz uma ato hierárquico. Sabemos que no Exército existe o General-de-Exército, o General-de-Divisão, o General-de-Brigada, o Coronel, o Tenente-Coronel, o Major, o Capitão, o Tenente e o Sargento. Então, não sabemos onde é que começa, porque atinge apenas os importantes: "Submeto à elevada consideração de V. Ex<sup>a</sup> a anexa proposta do Código de Conduta da Alta Administração Federal, elaborado, tendo em conta os trabalhos de importante contribuição da Comissão de Ética Pública..."

Então, o que é alta e o que é baixa? Essas normas são para a alta. Lá pelas tantas, temos que ver. Eu penso que é importante que o Chefe da Casa Civil estabeleça a norma, porque, daqui a pouco, alguém pensa que não está nessa e não está naquela. Na hora de enquadrar, alguém dirá: isso é para a alta; eu sou da baixa. Ou então: isso é para a baixa, mas eu sou da alta. Nós estabelecemos agora uma dupla ação, ou melhor, nós sempre a tivemos. É claro que presidente é presidente, ministro é ministro. Sempre existiu a alta equipe do Governo. Mas, agora, dois padrões? Eu não sei. Espero que dessa vez dê certo.

Meu amigo Fernando Henrique, há coisas que, para darem certo, dependem do Presidente, dependem da ação do Presidente, dependem da vontade do Presidente, dependem da caneta do Presidente.

Acho que estão fazendo uma tremenda injustiça contra os procuradores. Eles estão cumprindo o seu papel. Nessa maresia de não se fazer, eles estão querendo agir. Essa história de dizerem que eles estão querendo aparecer, querendo exibir-se para a imprensa, sabemos que não é verdade. Sabemos que a imprensa corre para onde há o fato. Isso acontece também com os parlamentares, se alguém é membro

de uma CPI, se é relator de uma CPI, ou sabe de um fato importante, a imprensa corre atrás dele. É o caso do Sr. Antonio Carlos. Como a imprensa sabe que o Sr. Antonio Carlos é um homem muito forte neste país e gosta de dar notícia, gosta de provocações às vezes, ela corre atrás dele. Aqui na entrada, durante a semana inteira, na hora de entrar e na hora de sair, não há nenhum jornalista, nem fotógrafo, porque sabem que ele não está aqui. Mas quando sabem que o Sr. Antonio Carlos está aqui, ficam todos perguntando a que horas ele vem de manhã, a que horas ele vai almoçar e onde, a que horas ele vem de tarde e a que horas da noite ele sai. E ficam 50 a 60 jornalistas esperando para ouvir o Sr. Antonio Carlos.

Então, no momento em que um procurador apresenta um fato e vai, por exemplo, à casa do Presidente do Banco Central e descobre um documento como aquele, é evidente que é notícia, é evidente que é manchete, é evidente que a imprensa vai atrás dele. Todavia – justiça seja feita –, os procuradores estão fazendo um trabalho excepcional. Daí a se querer colocar uma tranca na boca de juízes, de procuradores, de delegados, com esse projeto de lei da mordaça, não fica bem, notadamente em um país como o nosso, conhecido como o país da impunidade, onde as pessoas nunca são presas, ou, quando o são – e tal já ocorreu com o ex-presidente do Banco Central –, lá ficam por apenas duas horas, sendo soltas após pagarem uma fiança de R\$200,00. E é de se lembrar que, no caso, S. S<sup>a</sup> fez uma besteira, porque pagou a fiança sendo que, meia hora depois, já estaria solto sem nada gastar.

Assim, Sr. Presidente, de repente, em um país como este, não poderemos mais saber, acompanhar pelos jornais que houve uma denúncia feita pelo promotor tal ou pelo juiz tal contra o Sr. Pedro Simon, porque tudo será feito em total segredo. Hoje, os agentes não são punidos, mas a sociedade toma conhecimento das questões porque a imprensa publica. No futuro, não haverá punição e sequer saberemos do que se trata. Manifesto, portanto, meu respeito aos procuradores em meio a essa fase difícil pela qual estão passando.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a tolerância, Sr. Presidente. Creio que nós dois, de certa forma, proporcionamos uma reunião diferente a esta Casa. Às vezes, as reuniões valem não só pela presença dos Senadores, pelos apartes, mas pelo que fica registrado.

Esta Casa tem um papel importante, Sr. Presidente, bem como a **TV Senado**. Esta pode não ter uma grande quantidade de telespectadores, pois ain-

da não é uma TV aberta, como deveria ser; porém, há um grande número de pessoas que a assistem, que a escutam e nos escrevem manifestando quando consideram que as coisas estão certas e quando estão erradas. Se V. Ex<sup>a</sup> quiser posso mostrar-lhe o número de mensagens que recebi abordando cada um dos assuntos que mencionei. As pessoas que assistem à **TV Senado** perguntam qual foi o rumo tomado pelas questões relevantes tratadas pela Casa, qual o rumo tomado pelas Comissões etc. e ficam esperando respostas.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, nesse ponto, é bem diferente do ex-Presidente Getúlio Vargas. Este tinha aquele sentimento dos positivistas. Seu Líder, Borges de Medeiros, foi, por vinte anos, Governador do Rio Grande do Sul. S. Ex<sup>a</sup> trabalhou até o fim do expediente, às 18h, do último dia. A sua esposa preparou a bagagem, já que eles iriam se mudar para uma casa que ficava a duas quadras do Palácio Piratini, na mesma Rua Duque de Caxias. Quando S. Ex<sup>a</sup> desceu para se juntar à esposa a fim de irem para a nova residência, S. Ex<sup>a</sup> viu que a esposa reunira uma enorme bagagem. S. Ex<sup>a</sup>, então, perguntou: "Mas o que é isso?" Sua esposa respondeu: "Essas são as nossas coisas; são os presentes que ganhamos; são as coisas que comprei quando fomos ao exterior!" S. Ex<sup>a</sup>, o Dr. Borges de Medeiros, então, pegou-a pela mão e disse: "Vamos só nós dois. Quando entrei nesta casa, todos nos viram entrar pela porta da frente. Entramos de mãos dadas e nós não tínhamos nada. Agora, está todo esse povo aí esperando, alegre e feliz da vida porque saí. Não posso agora sair com isso. Eles vão ver sair algo que nunca viram entrar. Isso vai ficar aqui!" O que lá ficou é até hoje patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul.

Getúlio era assim; Getúlio pertencia a essa escola de homens públicos. S. Ex<sup>a</sup> foi assim no Governo do Estado e nos vinte anos em que foi Presidente da República. A meu ver, é por isso que o tempo passa, mas a imagem do Dr. Getúlio Vargas fica.

Sou uma pessoa que tenho muito carinho pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, com quem convivi em maus momentos. Um dos primeiros lugares em que Sua Excelência iniciou a sua atividade na vida pública foi o Rio Grande do Sul. Naquela época, o Congresso Nacional e todas as Assembléias Legislativas estavam fechados, à exceção da do Rio Grande do Sul. Usamos um expediente inteligente: o Presidente da Assembléia Legislativa, Waldir Lopes, pediu uma audiência, por ser seu primo-irmão, ao ex-Presidente Costa e Silva. Foi-lhe então mostrado

tudo o que ganhava um Deputado do Rio Grande do Sul, item por item. O então Presidente chamou sua assessoria e perguntou se o que o primo dele estava mostrando era verdade. Um Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, na época, ganhava quatro mil e quinhentos cruzeiros, sem sessões extraordinárias etc. Comprovado tudo isso, ficou determinado que a Assembléia do Rio Grande do Sul não fecharia. Todas as Assembléias Legislativas fecharam, menos a do meu Estado.

Então, temos essa tradição e essa história. Por isso, Fernando Henrique Cardoso ia para aquele Estado, porque era o único lugar em que a Assembléia funcionava. Foi ali que aprendi a respeitá-lo. Fernando Henrique é um homem de bem. Não só tem uma cultura extraordinária, fala várias línguas, mas é um homem preocupado com o social; é um homem afável. Todavia, é um homem despreocupado com outros interesses. Não me passa pela cabeça ver o Fernando Henrique preocupado com uma privatização ou com alguém que diga que Sua Excelência tem dinheiro no exterior, porque ganhou isso ou porque ganhou aquilo. Isso não faz o gênero de Sua Excelência. Sinceramente não tenho essa dúvida; se tivesse, diria – é a minha obrigação dizer. Não digo porque não acredito. Todavia, que falta a Sua Excelência a firmeza falta. Discordo do Ciro Gomes quando diz que o Fernando Henrique não rouba mas deixa roubar; não concordo! O Fernando Henrique não rouba e não deixa roubar, mas, como não podia deixar de acontecer, alguém rouba e lhe falta firmeza para demitir, para tomar providências, para punir aquele que rouba, até para que sirva de exemplo para que os demais também não roubassem. Acredito ser este o grande equívoco do Presidente Fernando Henrique: a falta de firmeza. Por isso é que, por tanto tempo, Sua Excelência teria ficado à margem, ao lado, tendo o Sr. Antônio Carlos Magalhães ditado as normas. Por quanto tempo? **O Globo** publicou aquelas charges? Durante quanto tempo o "Serjão" parecia ser a pessoa que dava as normas! Sendo um **gentleman** ao exagero um estadista real, falta ao Fernando Henrique talvez um pouco de Itamar: demitir pelo telefone; dizer "não gostei, cai fora"; bater na mesa, demitir para valer. E nunca é tarde.

A esta altura dos acontecimentos, seis anos e meio depois, o Presidente teve humildade considero o Código de Ética que ele está publicando um gesto de humildade. Mas eu não o faria depois de seis anos e meio. Eu diria: "meu Código é este", "é esta a minha maneira de ser", "é esta a minha maneira de proce-

der". Aliás, o grande Código de Ética do Governo é o comportamento do Presidente.

Quando assumi o Governo do Estado, determinei que no meu Governo não haveria parentes. Eu não havia nomeado parentes. Quando meu Chefe da Casa Militar trouxe a lista dos membros da Casa Militar, estava lá o nome de seu filho.

Eu disse a ele: "Mas não combinamos que não haveria parentes"?

Ele respondeu que ali era diferente, que a Casa Militar tinha uma lista de hierarquia e nela seu filho estava em primeiro lugar, e que ele não iria prejudicar o filho só por ser filho.

Respondi: "É verdade. O senhor não vai prejudicar o seu filho só porque ele é o seu filho. Ele fica e o senhor sai".

Esse foi o único caso. Não houve um segundo caso. Criei problemas até com amigos íntimos meus, homens da maior dignidade, da maior honestidade, da maior seriedade, da maior integridade. A imprensa, por razões que não cabem comentar aqui, judiou e judiou. Eu fui agüentando, até que, lá pelas tantas, essa pessoa cometeu um desvio que não está no Código de Ética de Fernando Henrique, mas que está no meu. E eu o demiti. Nada tinha a ver com o que os jornais publicavam, mas era algo que tínhamos combinado que não se faria e ele fez.

No meu Governo, o Código de Ética era o meu código de ética. O PT inaugurou, no Rio Grande do Sul, no meu Governo. O Partido dos Trabalhadores devia me pagar um percentual, porque eu servi de co-baia para ele aprender a fazer política. Hoje, no Rio Grande do Sul, encontra-se um PT com pessoas altamente cultas, capacitadas, educadas. Mas, no meu Governo! Só os **impeachments** que foram pedidos para mim, meu Deus do céu! Mesmo assim, cada pronunciamento de Parlamentar de Oposição tinha uma resposta. A minha gente ouvia e investigava para ver se era mentira. Eu ia em busca do fato, para apurar o que realmente era. Isso era importante.

Demiti um dirigente importante de uma grande instituição financeira, homem digno, correto, decente, honesto, tanto que lhe dei uma outra posição. Havia influências que ele estava tentando evitar, mas que estavam em roda dele, e não fica bem que essas influências fiquem em roda de uma instituição financeira. Eu o afastei, embora não tivesse nenhuma dúvida com relação a ele. Ele foi aproveitado em uma outra posição.

O Código de Ética quem faz, quem determina é o Presidente. É ação do Presidente. Mas, já que Sua Excelência o fez seis anos e meio depois, volto a di-

zer: "Presidente, o senhor é o primeiro a cumprir tudo o que está neste Código. Desta vez, bata na mesa, Presidente. Demita, nem que seja o Sr. Malan. Praticou o ato, demita".

Não digo que agora temos ética. Ética é um princípio que devemos ter sempre. Mas, pelo menos, posso sair da tribuna, dizendo: "Sr. Presidente, agora nós temos um Código de Ética!"

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene) – A Presidência comunica ao Plenário que foram lidos na sessão não deliberativa de ontem pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1988 (nº 13/88, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das recomendações adotadas pela *Conferência International do Trabalho, no período de 1962 a 1985*.

Uma vez que os pareceres da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional foram contrários ao mérito da proposição, fica aberto o prazo de 48 horas para a interposição de recurso previsto no Art. 254 do Regimento Interno, a fim de que a matéria continue sua tramitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene) – O Sr. Senador Ademir Andrade enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s. e Srs. Senadores, volto à tribuna do Senado Federal para dizer que foi um equívoco a venda das ações da Petrobrás, uma vez que o produto desta venda se destinava não aos investimentos na própria Petrobrás, ou no setor de petróleo, ou ainda, em investimentos sociais, mas ao pagamento de juros da dívida pública, dívida esta que não pára de crescer, em virtude da opção política da atual administração federal de financiar seu déficit crônico com a poupança privada externa.

Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, a venda de aproximadamente 30% das ações ordinárias da Petrobrás converteram-se em pouco mais de R\$ 7,235 bilhões. O secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, disse explicitamente a todos os jornais do país que esses R\$ 7,2 bilhões arrecadados serão integralmente utilizados para abater a dívida pública!

Na verdade, as ações compradas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no montante de R\$ 1,6 bilhão foram pagas ao Tesouro Nacional com títulos da própria União que estavam na

carteira do Fundo. O FGTS tem papéis chamados CVS, que são títulos de 30 anos emitidos pelo Tesouro Nacional para renegociar a dívida do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), que cobre o saldo devedor dos contratos habitacionais assinados até 1993. Assim, em vez que retirar dinheiro do FGTS, o fundo devolveu ao Tesouro os papéis federais que tinha em carteira. O Tesouro, por sua vez, deu baixa nos títulos, reduzindo a dívida. Ou seja, a rigor, se tratou de um ajuste meramente contábil sem corresponder a dinheiro vivo em benefício de toda a Nação, muito embora tenha existido a retirada de parte do patrimônio nacional.

Por outro lado, a parcela vendida no mercado internacional, no valor de R\$ 4,6 bilhões em dinheiro, "possibilita receita de caixa, daí que o Tesouro reduzirá o volume de títulos oferecidos ao mercado financeiro em seus leilões fazendo, assim, um resgate indireto da dívida pública". Portanto, na ótica meramente financeira do Governo Federal o raciocínio é se emitir menos papéis do que o total que está vencendo, pois desta maneira o Tesouro reduz a dívida, utilizando os recursos da venda das ações para pagar a diferença ao mercado, jamais pensando em converter os recursos advindos da equivocada venda das ações da Petrobrás em investimentos sociais e desenvolvimentistas.

Deveremos dizer que muito embora toda a campanha publicitária em favor da venda da Petrobrás ressaltava um sentimento nacionalista, a bem da verdade, constatou-se no balanço final da oferta pública de ações da empresa que os investidores globais responderam por 80% de 3,04 bilhões aplicados pelas instituições estrangeiras. Segundo dados divulgados pelo próprio BNDES, do total de 280 investidores institucionais estrangeiros participantes da operação de venda, os investidores estrangeiros ficaram com 39,1% das ações da oferta total; o varejo internacional ficou com 8,2%; o institucional brasileiro comprou 7,2% e o varejo nacional arrematou 32,3% das ações e 12,7% representa o **green shoe**. Do total do varejo nacional, 25,9% das ações foram compradas com recursos do FGTS. O percentual comprado por cada categoria não é proporcional aos valores pagos porque o preço ofertado é diferente.

É por tudo isso que se diz que o Brasil perdeu com a venda da Petrobrás, uma vez que as projeções apontam que o seu lucro será crescente, em função dos pesados investimentos públicos realizados pela empresa nos últimos anos e que agora, ao começarem a apresentar retorno, o governo vende parcela das ações. Essas vendas renderam R\$7,2 bilhões, a qual não corresponde totalidade de dinheiro vivo, enquanto que a estimativa do lucro da Petrobrás para o

ano 2000 é de R\$ 11 bilhões, segundo dados da Federação Única dos Petroleiros.

Ademais, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a produção de petróleo da empresa – atualmente em 1,2 milhão de barris/dia – chegará a 1,8 milhão de barris/dia em 2005. Acrescente-se ainda que, a partir deste ano, a Petrobrás passou a ser remunerada em seus preços pelo efetivo valor do petróleo por ela produzido.

Sr. Presidente, registramos aqui a nossa crítica aos pífios resultados da venda de ações da Petrobrás e nossa esperança de que este país passe, um dia, a ser governado por homens que se preocupem com os verdadeiros interesses da nação.

Era essa a nossa manifestação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Srs. e aos Srs. Senadores que amanhã, sexta-feira, 25, haverá sessão não deliberativa ordinária a realizar-se às 9 horas, no plenário do Senado Federal.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 40 minutos.)*

**(OS 17125/2000)**

---

**Ata da 103ª Sessão Não Deliberativa,  
realizada em 21 de agosto de 2000  
(Publicada no Diário do Senado Federal  
de 22 de agosto de 2000)**

#### **RETIFICAÇÕES**

No sumário da ata, na página nº 17206, 2ª coluna, no despacho do Ofício nº 98, de 2000, do Ministro da Educação, constante do **Item 1.2.5**,

**Onde se lê:**

À Mesa para decisão

**Leia-se:**

O ofício lido será anexado ao processado do Requerimento nº 935, de 1994.

Na página nº 17209, 2ª coluna, imediatamente após a leitura do Ofício nº 98/00, do Ministro da Educação, inclua-se por omissão a fala do Sr. Presidente, a seguinte:

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Loyola) – O ofício lido será anexado ao processado do Requerimento nº 935, de 1994.

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 840, DE 2000(\*)**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010277/00-5,

Resolve dispensar o servidor ADALBERTO DE MENEZES DANTAS, matrícula nº 4.150, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete da Senadora Maria do Carmo Alves, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal, com efeitos financeiros a partir de 31 de julho de 2000.

Senado Federal, 16 de agosto de 2000. – **Aga-ciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

(\*) Remetido à republicação por haver saído com incorreção no DSF de 17-8-00.

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 860 DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no Processo nº 018749/99-2, resolve:

Art. 1º São designadas as servidoras CONSUELO DUTRA CABRAL VELHO, matrícula nº 2.662, e VIRGÍNIA MALHEIROS GALVES, Matrícula nº 5.419 como gestoras titular e substituta, respectivamente, do Convênio nº 8/99, celebrado entre o Senado Federal e a Associação Paulista de Cineastas – APACI.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de agosto de 2000. – **Aga-ciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 861, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora e tendo em vista o constante no processo nº 010639/00-4, resolve:

Art. 1º São designados os servidores SIDNEI JOSÉ KRONEMBERG, matrícula nº 1457 e FILINTO FIGUEIREDO PACHECO, matrícula nº 1188, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 042/00, celebrado entre o Senado Federal e a Construtora Biapó Ltda.

Art 2º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de agosto de 2000. – **Aga-ciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 862, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora e tendo em vista o constante no processo nº 010913/00-9, resolve:

Art. 1º São designados os servidores VANDERLEI PIRES DA SILVA, matrícula nº 5247 e ALEXANDRE ASSUCENA DE VASCONCELLOS, matrícula nº 3296, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 044/00, celebrado entre o Senado Federal e a Poli Engenharia Ltda.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de agosto de 2000. – **Aga-ciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 863, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora e tendo em vista o constante no processo nº 009295/00-3, resolve:

Art 1º designar o servidor JAIRO SÉRGIO DE FREITAS, matrícula nº 1333, como gestor substituto da Carta-Contrato nº 050/00, celebrada entre o Senado Federal e a Microfax Assistência Técnica Ltda.-ME, em substituição ao servidor LUIZ ANTÔNIO TORRES DE CARVALHO, matrícula nº 5006.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de agosto de 2000. – **Aga-ciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 864, DE 2000**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora e tendo em vista o constante no processo nº 010915/00-1, resolve:

Art. 1º São designados os servidores EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº

4552 e CARLOS ALBERTO CORREA, matrícula nº 2544, como gestores titular e substituto, respectivamente, da Carta-Contrato nº 069/00, celebrada entre o Senado Federal e a Construtora Moura Ltda.

Art 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de agosto de 2000. – **Agiel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**(I) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
**(Eleito em 30-6-1999)**

Presidente: Renan Tebet (\*)  
 Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (\*)

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

**UF/Ramal**

1. Casildo Maldaner - SC/2141
2. Renan Tebet - MS/2221
3. Nabor Júnior - AC/1478
4. Ney Suassuna - PB/4345
5. Amir Lando - RO/3130

**UF/Ramal**

1. Marlúcio Pinto - RR/1301
2. Gerson Camata - ES/3203
3. Jader Barbalho - PA/2441
4. Renan Calheiros - AL/2261
5. Carlos Bezerra - MT/2291

**PFL**

**UF/Ramal**

1. Geraldo Althoff - SC/2041
2. Francisco Pereira - MG/2411
3. Paulo Souto - BA/3173
4. Juvêncio da Fonseca - MS/1128

**UF/Ramal**

1. José Agripino - RN/2361
2. Carlos Patriotino - TO/4058
3. Djalma Bessa - BA/2211
4. Freitas Neto - PI/2131

**PSDB**

**UF/Ramal**

1. Lício Alchatera - CE/2301
2. Osmar Dias - PR/2124
3. José Roberto Arruda - DF/2014

**UF/Ramal**

1. Astero Paes de Barros - MT/1246
2. Ricardo Santos - ES/2022
3. Romero Jucá - RR/2111

**Bloco de Oposição**

**UF/Ramal**

1. Lauro Campos - DF/2341 (PT)
2. Heloísa Helena - AL/3197 (PT)
3. Jefferson Peres - AM/2061 (PDT)

**UF/Ramal**

1. José Eduardo Dutra - SE/2391 (PT)
2. Marina Silva - AC/2183 (PT)
3. Roberto Saturnino - RJ/4229 (PSB)

**Membro Nato**

Renan Tuma (Corregedor de Senado) - SP/2051 (PFL)

(\*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3285



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

**Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ**

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E  
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

**Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO**

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

**Secretários:** FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)  
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)  
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA**

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

**Secretários:** JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)  
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

**Chefe:**

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

**Secretários:**

<b>CAE</b>	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
<b>CAS</b>	- JOSÉ ROBERTO ASSUNPCÃO CRUZ (Ramal: 4608)
	- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
<b>CCJ</b>	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
<b>CE</b>	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
	- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
<b>CFC</b>	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
	- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
<b>CI</b>	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
<b>CRE</b>	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
	- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

# I – COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

## 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO (4)			4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA(3)	MA	4073/4074

### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

## (1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. PAULO HARTUNG – PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA – PT	AL	3197/3199

### PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

(4) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Diretório Vicente Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3255

Fax: 311-4344 - E-mail: [dircv@senado.gov.br](mailto:dircv@senado.gov.br)

Assinada em 05/06/2000

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
VAGO (3)			4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966

### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. RICARDO SANTOS	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

### (1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

### PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

(3) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (\*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feira às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

Analizado em: 09/06/2000

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE  
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO**

**VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES**

**RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

**PMDB**

**MARLUCE PINTO RR-1301/4062**  
**VAGO (2)**

**PPB**

**GERALDO ALTHOFF SC-2041/47**  
**MARIA DO CARMO ALVES SE-4055/57**

**PSDB**

**OSMAR DIAS PR-2121/25**

**(1) BLOCO OPOSIÇÃO/PT/PDT**

**HELOÍSA HELENA (PT) AL-3197/99**  
**TIÃO VIANA (PT) AC-3038/3493**  
**EMÍLIA FERNANDES (PDT) RS-2331/37**

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ**

**SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**

**TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608**

**FAX: 311-3652**

**E-MAIL: jrac@senado.gov.br**

**REUNIÕES: SALA N° 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**

**TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS  
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: VAGO (2)  
VICE-PRESIDENTE:**

<b>PMDB</b>	
<b>VAGO (2)</b>	
<b>MARLUCE PINTO</b>	<b>RR-1301/4062</b>
<b>PE</b>	
<b>JUVÊNCIO DA FONSECA</b>	<b>MS-1128/1228</b>
<b>DJALMA BESSA</b>	<b>BA-2211/17</b>
<b>PSDE</b>	
<b>ANTERO PAES DE BARROS</b>	<b>MT-1248/1348</b>
<b>(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PDT)</b>	
<b>SEBASTIÃO ROCHA</b>	<b>AP-2241/47</b>
<b>PRB</b>	
<b>LEOMAR QUINTANILHA</b>	<b>TO-2071/77</b>

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ  
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608  
FAX: 311-3652  
E-MAIL: [jrac@senado.gov.br](mailto:jrac@senado.gov.br)  
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999**

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPIÑO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

#### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. VAGO (2)		
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

#### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPIÑO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

#### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. VAGO		
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

#### (1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (\*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Assinada em 01/06/2000

### **3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.**

**PRESIDENTE: Senador RENAN CALHEIROS  
VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES  
RELATOR: SENADOR JOSÉ JORGE  
(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)**

<b>TITULARES</b>		<b>SUPLENTES</b>	
	<b>PMDB - 3</b>		
PEDRO SIMON	RS-3230/32	1 - ROBERTO REQUIÃO	PR-240
AMIR LANDO	RO-3130/32	2 - JOSÉ FOGAÇA	RS-120
RENAN CALHEIROS	AL-2261/68	3 - IRIS REZENDE	GO-203
	<b>PFL - 2</b>		
JOSÉ JORGE	PE-3245/46	1 - JUVÉNCIO DA FONSECA	MS-30
ÉDISON LOBÃO	MA-2311/17	2 - BELLO PARGA	MA-30
	<b>PSDB - 1</b>		
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2012/14	1 - LÚCIO ALCÂNTARA	CE-230
<b>BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS) - 1</b>			
JÉFFERSON PÉRES (PDT)	AM-2061/67	1 - JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)	SE-239

**SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES  
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612**

**SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541  
FAX: 311- 4315  
E.MAIL- [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)**

**Criada** conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,  
termos do Art. 73, do RISF.  
Aprovado em 15/12/1999.  
Atualizada em 14/8/2000

## 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO  
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO  
( 27 titulares e 27 suplentes)

### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
VAGO (4)			9. VAGO		

### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCILINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

### (1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

### PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

(4) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (\*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em: 09/08/2000.

**4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV**

**PRESIDENTE:  
(09 TITULARES)**

**TITULARES**

**AMIR LANDO** RO-3130/32  
**GERSON CAMATA** ES-3203/04  
**PEDRO SIMON** RS-3230/32

**DJALMA BESSA** BA-2211/17  
**ROMEU TUMA** SP-2051/57

**ÁLVARO DIAS** PR-3206/07  
**ARTUR DA TÁVOLA** RJ-2431/37

**(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)**  
**GERALDO CÂNDIDO - PT** RJ-2171/77  
**EMILIA FERNANDES - PDT** RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

**REUNIÕES: SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**

**SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES**

**TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604**

**FAX: 311-3121**

**E-MAIL: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br)**

**TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**

**ATUALIZADA EM: 27/03/2000**

---

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO**

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA**  
**RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA**  
**(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)**

**TITULARES**

		PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
PAULO RODRIGUES-PPB(2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

**REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS**

**SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES**

**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604**

**FAX: 311-3121**

**E-MAIL: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br)**

**SALA N° 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS**

**TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**

**ATUALIZADA EM: 27/03/2000**

**5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE**

**Presidente: JOSÉ SARNEY**

**Vice-Presidente: CARLOS WILSON**

**(19 titulares e 19 suplentes)**

**PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074	3. VAGO (3)		
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

**PFL**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

**PSDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

**(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

(3) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (\*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em: 26/05/2000

## 6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSE AGRIPIÑO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUÇÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO		

### (1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPILY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (\*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Assinada em: 09/06/2000

## 7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ  
 Vice-Presidente: ROMEU TUMA  
 (17 titulares e 9 suplentes)

### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA (3)	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

### (1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÁNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (\*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Lideranças Partidárias.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho  
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3254  
 Fax: 311-1060

Atualizada em: 09/08/2000

**II - COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA  
(Art. 58 CF)**

**1) DESTINADA A ACOMPANHAR, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, O ATENDIMENTO FEITO JUNTO AOS DESABRIGADOS, FLAGELADOS E FAMILIARES DAS VÍTIMAS DAS ENCHENTES E DESMORONAMENTOS QUE OCORREM NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO E ALAGOAS:**

**Presidente: ROBERTO FREIRE**

**Vice-Presidente: TEOTONIO VILELA FILHO**

**Relator: CLODOALDO TORRES**

**PMDB**

**Renan Calheiros (AL)**

**Ramez Tebet (MS)**

**PFL**

**José Jorge (PE)**

**PSDB**

**Teotonio Vilela Filho (AL)**

**PPS**

**Roberto Freire (PE)**

**PTB**

**Clodoaldo Torres (PE)**

**PT**

**Heloísa Helena (AL)**

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**(Representação Brasileira)**

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA								
CARGO	TÍTULO	NOME		PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER		PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSE FOGACA		PMDB	RS	107	311 1207	223 6191
SECRETARIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN		PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETARIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA		PSDB	ES	960	318 5980	318 2980

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSE FOGACA	RS	107	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUAO	PR	** 08	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	## 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	## 05	311 2041	323 5099	JOSE JORGE	PE	** 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 8470	GERALDO LESSA	AL	## 02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	## 01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	** 13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	## 59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

**LEGENDA:**

• ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTONIO VILELA	@@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	* ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	641	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 6639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	638	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOAO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	389	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	1 268	318 5268	318 2268

**LEGENDA:**

- Gabinetes localizados no Anexo III
- # Gabinetes localizados no Anexo II

**SECRETARIA DA COMISSÃO:**

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (61) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (61) 318 2154

[Http://www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br) (botão de Comissões Mistas)

e-mail - [marcos@aborda.com.br](mailto:marcos@aborda.com.br)

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÉNIO ARCANJO

## PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

## PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas  
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários  
02000202902003-X – Venda de Editais  
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança  
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel  
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)  
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900  
CGC 00.530.279/0005-49

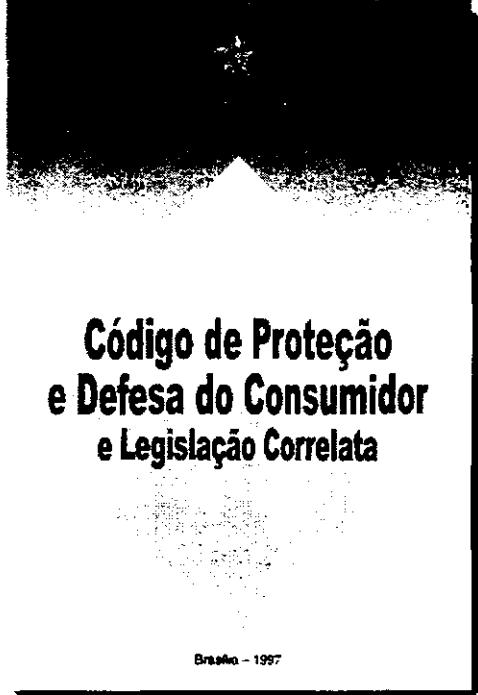
Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Com 115 páginas, traz índice temático remissivo, elaborado por Alcides Kronenberger e Maria Celeste J. Ribeiro.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Conheça nosso catálogo na Internet  
[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

## Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal  
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes  
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## Conheça algumas de nossas publicações

**Revista de Informação Legislativa** – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141<sup>a</sup> edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição comprehende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



### Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nº 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: [www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência **3602-1**, do Banco do Brasil, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal  
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes  
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Catálogo da Exposição de História do Brasil

## Coleção Brasil 500 Anos

Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet  
[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal  
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes  
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

**SENADO  
FEDERAL**



**SECRETARIA  
ESPECIAL DE  
EDITORAÇÃO  
E PUBLICAÇÕES**

**EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS**